

Relatório e contas consolidadas
Junho 2004

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

Relatório e contas consolidadas

Junho 2004

I. Relatório de gestão	3
Actividade Operacional	4
Telecomunicações	4
A Rede Sonaecom	4
Análise Financeira Individual	6
Optimus	6
Novis	7
Clix	9
Grupo Público	10
Sistemas de Informação – S&SI	11
Regulação	12
Análise Financeira Consolidada	12
Volume de Negócios	12
EBITDA	13
Resultados Financeiros Líquidos	14
Impostos	14
Resultados Líquidos positivos em dois trimestres consecutivos	14
CAPEX & FCF	14
Estrutura de Capital	15
Performance em bolsa	16
Perspectivas Futuras	16
Agradecimentos	17
II. Demonstrações Financeiras Consolidadas	18
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	24

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

A Sonaecom continua a exceder as expectativas, tendo alcançado melhorias significativas a nível operacional e financeiro:

- ▣ O Volume de Negócios consolidado cresceu 9% no primeiro semestre de 2004, em comparação com idêntico período do ano anterior;
- ▣ Aumento de 53% no EBITDA que atingiu 98 milhões de euros, o que compara com os 64 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2003. A margem de EBITDA consolidada foi de 23% (16% no primeiro semestre de 2003);
- ▣ O Resultado Líquido após minoritários foi positivo e atingiu os 6 milhões de euros, em comparação com o Resultado Líquido negativo de 11 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior;
- ▣ A Sonaecom regista um Resultado Líquido positivo em dois trimestres consecutivos;
- ▣ O *cash-flow* operacional (EBITDA – CAPEX) mais do que duplicou, tendo atingido 47 milhões de euros neste semestre.

Com estes resultados, demonstramos que a Sonaecom alcançou uma posição rentável e sustentável no mercado, apesar dos persistentes atrasos na implementação de medidas fundamentais ao desenvolvimento de um mercado de telecomunicações verdadeiramente competitivo. Acreditamos que, através da nossa organização flexível e integrada, com uma estrutura de custos reduzida e com competências extremamente focadas, conseguiremos criar valor adicional significativo para o consumidor e para o accionista, desde que eliminadas as principais barreiras à concorrência.

Paulo Azevedo, CEO Sonaecom

ACTIVIDADE OPERACIONAL

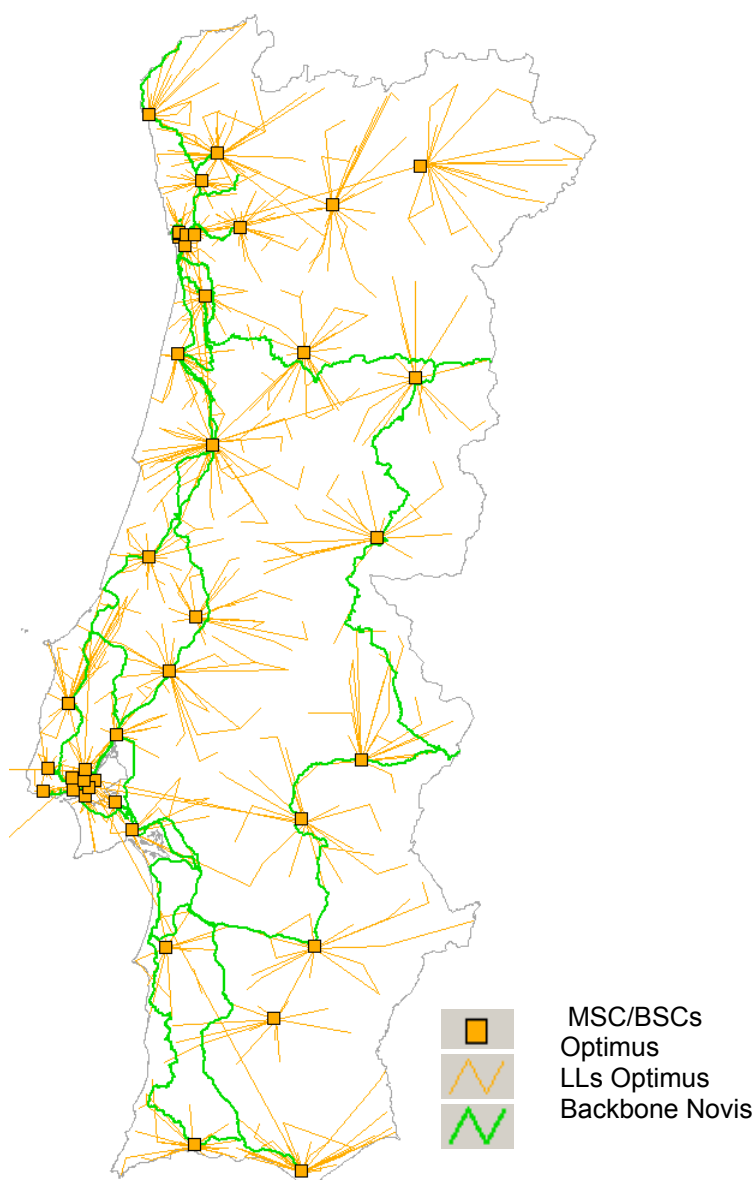
TELECOMUNICAÇÕES

Com o objectivo de criar um grupo de telecomunicações verdadeiramente integrado, a Sonaecom tem vindo, progressivamente, a aumentar a integração das principais redes de telecomunicações - fixas, móveis e internet – e, em resultado, está a tornar-se cada vez mais autonomizada da PT.

No final do primeiro semestre de 2004, a rede da Sonaecom geria 95% do seu tráfego, medido em Giga BpsKm.

A REDE SONAECOM

Os principais investimentos efectuados na rede de telecomunicações de alta capacidade foram concluídos em Fevereiro de 2003. Hoje em dia, concentram-se os esforços de desenvolvimento da rede no aumento da sua capacidade e capilaridade através da desagregação de centrais locais incluídas na ORALL (oferta de referência de acesso ao lacete local), através de interligação local para voz, Internet de banda larga e circuitos.



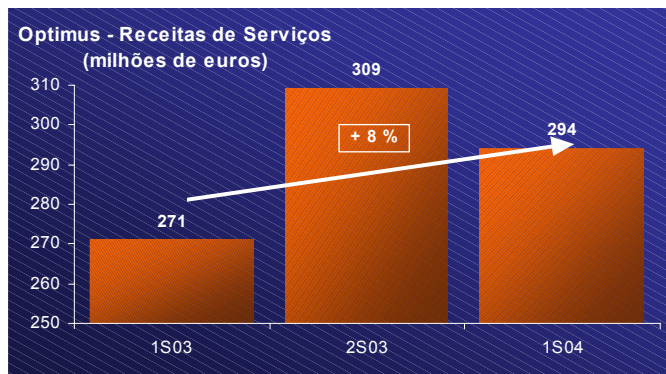
A rede de telecomunicações da Sonaecom é suportada em vários tipos de rede:

- Uma rede TDM para voz;
- Uma rede ATM / FR para serviços de dados;
- Uma rede IP/MPLS para serviços de dados/Internet;
- Uma rede de transmissão (xWDW, SDH, xETHERNET) para serviços de circuitos digitais e para suportar todas as redes SC).

Encontra-se, actualmente, em desenvolvimento uma rede NGN (IP, GbE) network, para serviços "ultra-broadband".

Optimus

A Optimus registou um aumento significativo nas receitas de serviços no primeiro semestre de 2004, mais 8% do que o valor registado no primeiro semestre de 2003.

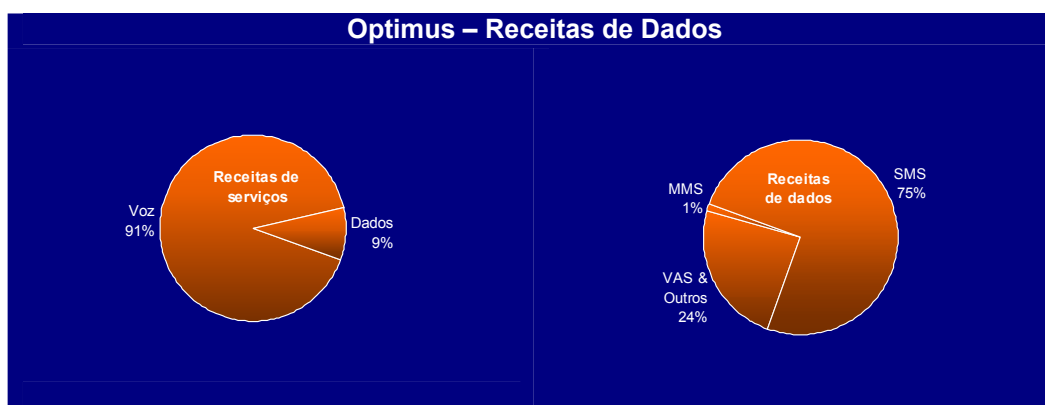


Este crescimento é, em grande parte, justificado por:

- Aumento das receitas de clientes: as receitas geradas aumentaram 9% para 187 milhões de euros;
- Aumento das receitas de roaming: durante o primeiro semestre de 2004 as receitas aumentaram cerca de 34%, em comparação com o primeiro semestre de 2003, em parte (cerca de 3,5 milhões de euros) devido ao efeito do Euro 2004, o campeonato europeu de futebol, organizado em Portugal durante grande parte de Junho e início de Julho.

No final do primeiro trimestre de 2004, a Optimus implementou uma política mais restritiva em relação aos seus clientes registados, aplicando melhorias nos sistemas de activação, no que respeita aos pacotes de minutos para o mercado das PME's. Assim, os indicadores operacionais registados não são comparáveis com os do ano anterior. No final do segundo trimestre de 2004, o total de clientes registados da Optimus ascendia a 2.093 mil e, no primeiro semestre de 2004, a receita média por cliente (ARPU) atingiu os 23,7 euros, dos quais 15 euros dizem respeito à facturação média mensal ao cliente.

No primeiro semestre de 2004, as receitas de dados representaram 9,2% do total de receitas de serviços da Optimus, cerca de 27 milhões de euros, o que significa um crescimento de 19% relativamente às receitas de dados geradas no mesmo período do ano anterior.



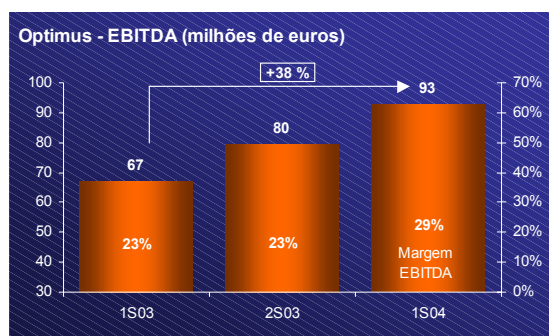
O número de SMSs representa 75% das receitas de dados da Optimus, o que compara com os 78% registados no primeiro semestre de 2003. Após o lançamento do portal Zone, em Maio de 2003, o tráfego GPRS cresceu mais de 22 vezes, a utilização de MMS aumentou 9 vezes e a penetração de telemóveis compatíveis com MMS representa cerca de 10% da base de clientes.



A Optimus lançou a sua campanha promocional UMTS, em Junho de 2004. A empresa acredita no potencial futuro dos dados móveis, todavia, acredita que o grande desenvolvimento do UMTS apenas deverá ocorrer no médio prazo – 2005/2006 – devido, essencialmente, à ainda reduzida diversidade e atractividade de telemóveis, bem como os seus preços relativamente altos, face aos actuais equipamentos GSM / GPRS.

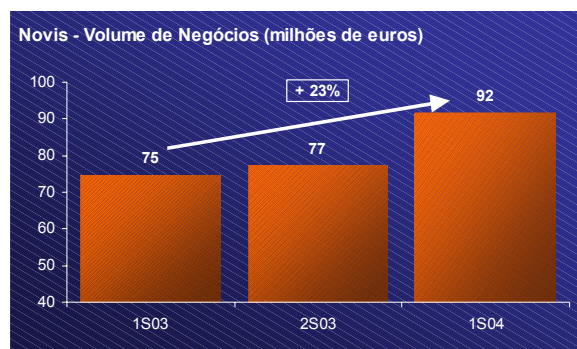
Durante o semestre, a Optimus registou mais poupanças de custos. Em percentagem do Volume de Negócios, os custos operacionais da Optimus reduziram para 70%, o que compara com 75% no primeiro semestre de 2003.

Impulsionada pelo incremento das receitas de serviços acima referido e pelas poupanças adicionais de custos operacionais, no primeiro semestre de 2004, a Optimus alcançou uma margem EBITDA de 29%, o que compara com 23% no primeiro semestre de 2003.



Novis

A Novis registou um crescimento significativo em todas as suas áreas de negócio, com a excepção da Internet grossista (Clix). As receitas de serviços totais subiram 23% no primeiro semestre de 2004, em comparação com o período homólogo do ano anterior. Porém, os dois momentos não são directamente comparáveis dado que, a partir de Janeiro de 2004, a Novis passou a gerir todo o tráfego internacional da Optimus. A partir de 23 de Abril de 2004, a Novis passou a consolidar a KPNQwest Portugal, a qual contribuiu com cerca de dois meses de receitas (cerca de 2,3 milhões de euros). Ainda no final do segundo trimestre, a Autoridade da Concorrência deu a sua aprovação definitiva à aquisição da KPNQwest Portugal pela Novis e o seu processo de integração tem vindo a correr a bom ritmo.



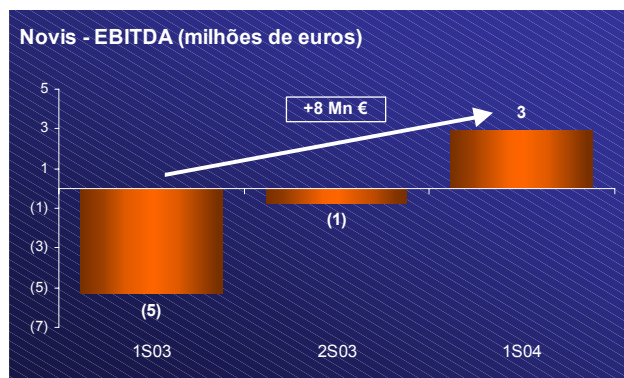
Os mercados de PMEs e Micro empresas cresceram 38% e 59%, respectivamente, em termos de tráfego e clientes. No final do primeiro semestre 2004, a Novis tinha 228 mil clientes, dos quais cerca de 3 mil eram clientes de acesso directo. No final do primeiro semestre de 2004, a KPNQwest Portugal tinha 1.822 clientes e o volume total de tráfego no período foi de 432 milhões de minutos.

A Novis apresenta-se, claramente, como o operador alternativo para o mercado de clientes PMEs, Micro empresas e Residenciais, com quotas de mercado de 42,5%, 40,4% e 40,6% de entre os operadores alternativos e, de acordo com dados disponíveis à data de elaboração deste relatório. O mercado de acesso indirecto residencial tem vindo a revelar-se cada vez menos atraente, devido aos elevados níveis de *churn* (rotação de clientes) e aos níveis de receitas pouco representativos. Assim, os clientes de acesso directo são, actualmente, a prioridade para a Novis.

Tendo concluído os principais investimentos na construção da rede, a Novis encontra-se a desenvolver esforços para aumentar a sua capacidade e capilaridade. Foram já construídos um número significativo de acessos às estações de base da Optimus (1.731 E1s) através de ligação WLL (acesso sem fios) e através da desagregação de centrais locais da PT e colocação de equipamento SHDSL, para fornecer circuitos de alta capacidade.

No final de Junho, a Novis contava com 55 centrais locais desagregadas com equipamento SHDSL e ainda 11 das mesmas centrais com equipamento ADSL. O enfoque da construção e gestão da rede da Sonaecom é de aumentar a eficiência operacional, otimizar custos e minimizar as necessidades de investimento. A rede da Sonaecom é de importância estratégica para o Grupo, pois garante velocidade e flexibilidade na gestão dos serviços e a manutenção de elevados níveis de segurança e fiabilidade.

Resultado do seu posicionamento de mercado focalizado e dos esforços para otimizar a sua estrutura de custos, a Novis atingiu EBITDA positivo durante o quarto trimestre de 2003. A rentabilidade continua a evoluir e, no primeiro semestre de 2004, a Novis gerou um EBITDA de cerca de 3 milhões de euros, sendo que este valor inclui o contributo da KPNQwest Portugal de cerca de 54 mil euros.

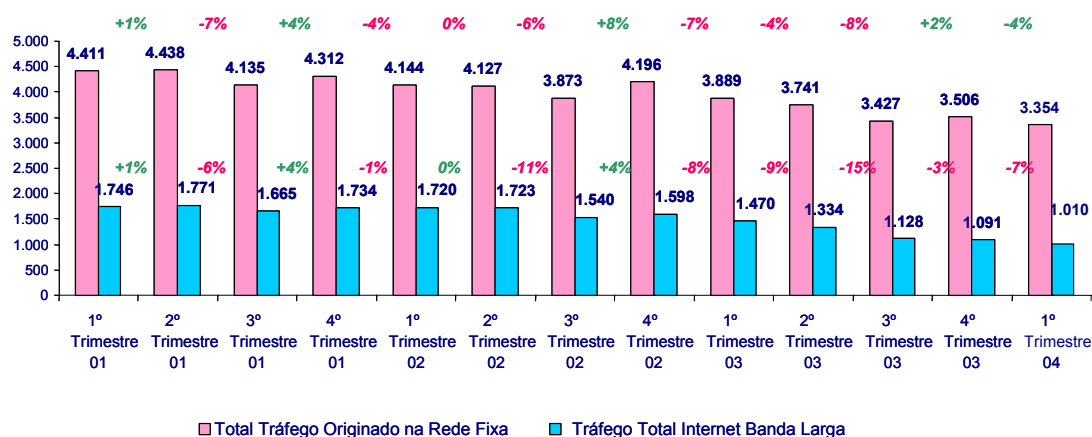


A Novis adquiriu a KPNQwest Portugal em Abril, por um montante máximo de 11,5 milhões de euros. O negócio principal da KPNQwest Portugal é o do acesso Internet e serviços de *housing* para empresas e para mercados grossistas, alugando também a infraestrutura a terceiros. Assim, o tráfego gerado pelo seu negócio está a ser rápida e facilmente transferido para a rede da Novis. Em 2003, a KPNQwest Portugal facturou 12,5 milhões de euros, gerou um EBITDA de 2,7 milhões de euros e um Cash Flow Operacional (EBITDA – CAPEX) de 2,5 milhões de euros. A aquisição veio reforçar a posição de mercado da Novis nos seus mercados estratégicos, com particular destaque para o mercado empresarial de Internet.

Clix

A PT beneficia de um monopólio efectivo no mercado de Internet Residencial em Portugal e tem conseguido eliminar a sua concorrência. A não ser que surjam medidas drásticas de alteração no ambiente competitivo e na regulação do sector, o Clix não terá possibilidade de continuar a operar no mercado, tal como provavelmente acontecerá aos restantes ISPs alternativos.

A banda larga continua a ser o motor de crescimento do mercado de Internet em Portugal, estimulado pela proliferação de inúmeras ofertas atraentes, cujo alvo é a migração dos utilizadores de banda estreita para a banda larga. Os preços das ofertas de banda larga têm vindo a aproximar-se dos da banda estreita, pelo que os novos subscritores de Internet tendem a aderir directamente para ofertas de banda larga. Desta forma, o tráfego de Internet de banda estreita tem vindo a decrescer a um ritmo bastante acelerado.



De acordo com a informação fornecida pela ANACOM, no final do primeiro trimestre de 2004 existiam 565 mil subscritores de Internet de banda larga em Portugal, dos quais 226 com acesso ADSL. A penetração total da Internet ascendia a 25,7% (fonte INE/UMIC).

A PT aumentou a sua quota de mercado, no mercado de banda larga, para 79% no final do primeiro semestre de 2004, o que compara com 72% no final do período homólogo de 2003 e, no primeiro trimestre de 2004, alcançou uma quota de 90% dos novos clientes ADSL no mercado.

Quota de mercado Banda Larga da PT	2T03	2T04
Acesso cabo	69%	74%
ADSL	78%	86%
TOTAL	72%	79%

Fonte : Relatórios da ANACOM, Relatório e Contas da PT

O notável crescimento da quota de mercado da PT está a ser conseguido através da prática de preços francamente predatórios, do esmagamento de margens e do abuso generalizado da sua posição de mercado dominante. As condições económicas para operadores alternativos oferecerem ADSL, tendo por base a oferta grossista da PT, tornaram-se de tal forma difíceis, que no primeiro trimestre de 2004, os dois principais concorrentes da PT no

mercado de Internet, acabaram por cancelar as suas ofertas de banda larga para novos subscritores. Actualmente, o ambiente competitivo é de tal forma deficitário, que os novos subscritores residenciais de banda larga nos principais centros urbanos do país, Porto e Lisboa, têm apenas duas alternativas por onde escolher, a oferta ADSL da PT ou a oferta de cabo.

A ANACOM solicitou, em Fevereiro, que a PT apresentasse uma proposta de referência para uma oferta *bitstream* para ADSL, a qual permitiria aos operadores interligarem-se com a rede da PT em mais pontos de agregação. Com a proposta apresentada posteriormente pela PT, constatou-se que, mais uma vez, ela conseguiu bloquear efectivamente qualquer possibilidade de os operadores alternativos desenvolverem ofertas verdadeiramente competitivas, devido à imposição de várias restrições de cariz técnico e económico.

Resultado das inúmeras restrições à concorrência no mercado residencial de banda larga, erguidas pela PT, durante o primeiro semestre de 2004, o Clix continuou a registar uma acelerada redução dos seus clientes, tráfego e receitas de banda estreita. Pese embora o Clix tenha obtido significativas poupanças de custos, cerca de 21% em comparação com o semestre homólogo de 2003, as mesmas não foram suficientes para compensar a perda de receitas de acesso pelo que, no período, o Clix registou um agravamento da sua margem EBITDA negativa para 7%.

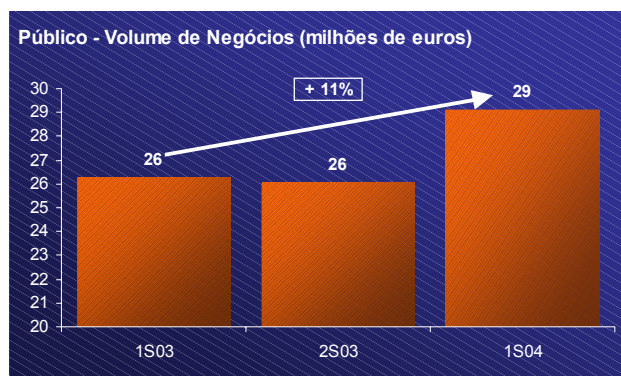
Clix- Indicadores Operacionais	2T03	1T04	2T04
Clientes activos (milhares)	199	170	141
Tráfego Banda estreita (milhões minutos)	350	266	212
Nº Visitantes Portal (milhares)	1.504	2.225	2.367
Page-Views (milhões)	62	65	58

Inconformado com o efectivo monopólio da PT no mercado de Internet de banda larga, o Clix tem vindo a desenvolver esforços no sentido de alavancar a sua reconhecida posição de liderança no mercado de banda estreita. Assim, o Clix tem desenvolvido uma série de iniciativas para descobrir tecnologias de acesso local alternativas, algumas já em curso e outras ainda em testes comerciais ou ainda piloto.

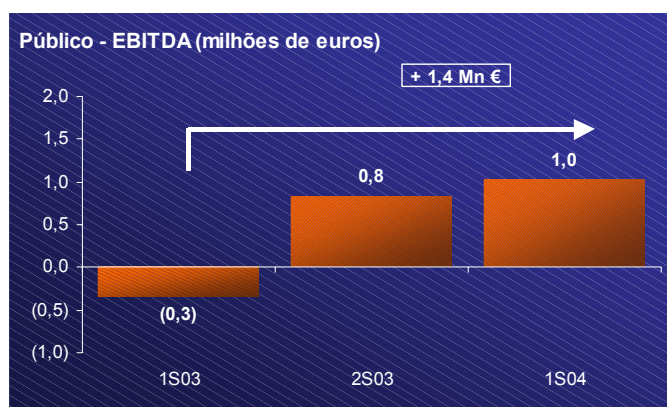
Em Dezembro de 2003, o Clix iniciou a sua oferta de banda larga baseada em acesso directo para o mercado residencial, em conjunto com uma oferta de voz da Novis – a “Revolução das Flores” – investindo para tal em ADSL, sobre a linha de cobre desagregada da PT, em 11 centrais locais. O Clix tem também procurado testar tecnologias de acesso local sem fios como alternativa à oferta de acesso de banda larga ao mercado residencial.

Grupo Público (Público, Xis, Público.pt)

O Volume de Negócios do Público aumentou 11% no primeiro semestre de 2004. O Público tem vindo a sustentar o sucesso dos seus produtos associados, tendo lançado várias iniciativas no período tais como uma Enciclopédia, uma colecção de Fados em CD e uma série de livros para crianças. As vendas de produtos associados contribuíram significativamente para o EBITDA do Público, no primeiro semestre do ano corrente, porém o número de exemplares vendidos dos produtos associados tem vindo a reduzir face à proliferação de ofertas concorrentes.



A venda de jornais registou uma quebra no primeiro semestre de 2004, em comparação com o período homólogo, para 6 milhões de euros. A circulação média diária ascendeu a 51 mil exemplares no primeiro semestre de 2004, menos 9%, devido essencialmente à redução das vendas de jornal no fim de semana e ao menor nível de vendas de produtos associados em comparação com anos anteriores. Apesar desta quebra, de acordo com dados fornecidos pelo APCT, o Público manteve a sua posição de terceiro jornal diário em termos de circulação, com uma quota de mercado de 12,8%. O mercado publicitário está a dar alguns sinais de retoma, após anos bastante difíceis e o Público conseguiu aumentar as suas receitas de publicidade em 14%, para 9 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, face ao período homólogo.

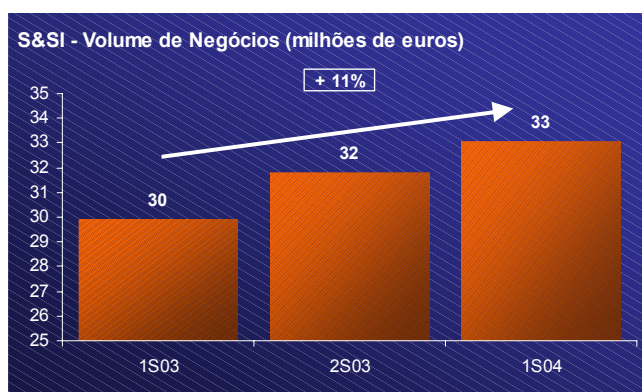


O Público tem registado uma tendência de melhoria da sua rentabilidade, com um aumento do EBITDA de 0,3 milhões de euros negativo, no primeiro semestre de 2003, para níveis positivos de EBITDA em 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2004. A melhoria explica-se, principalmente, pelo contributo positivo dos produtos associados e pela melhoria da actividade publicitária.

Sistemas de Informação (S&SI)

Os vários negócios do S&SI registaram importantes desenvolvimentos nas suas carteiras de clientes no primeiro semestre de 2004, dos quais se destacam:

- ▣ O reforço da posição da Enabler no mercado Alemão, tendo conquistado novos clientes e novos projectos em clientes existentes;
- ▣ A WeDo ganhou um contrato para fornecer o seu software líder de *revenue assurance* – RAID – a uma subsidiária Europeia da Vodafone e à Telemar. Já no segundo trimestre, a WeDo celebrou uma parceria com a Hewlett Packard da América Latina para que estes distribuíssem o RAID;
- ▣ A Bizdirect encontra-se já a trabalhar com o Ministério da Saúde e da Agricultura em projectos de “eGovernment”.



O Volume de Negócios do S&SI aumentou 11% no primeiro semestre de 2004, em comparação com o período homólogo. O EBITDA também registou um aumento significativo de 13%.

REGULAÇÃO

Não houve desenvolvimentos relevantes em matéria de regulação do mercado fixo. A proposta da PT para uma oferta grossista ADSL *bitstream* revelou-se como sendo ainda mais penalizadora para os novos operadores que a actual oferta, construída com base num desconto face ao preço de retalho. Dados os obstáculos de cariz técnico e económico criados pela oferta, os operadores alternativos continuam fora do mercado face à impossibilidade de desenvolver ofertas de banda larga ADSL que sejam competitivas e economicamente viáveis (ver secção sobre o Clix). Continuamos a aguardar a decisão da Autoridade da Concorrência relativo ao processo de abuso de posição dominante por parte da PT e desencadeado pela Sonaecom.

Em termos de desagregação do lacete local, o custo de desagregação de um cliente a pagar à PT é completamente desproporcional em comparação com o valor a pagar à PT no caso da oferta grossista ADSL, estando também longe das melhores práticas europeias. No caso da desagregação do lacete local (ULL), a PT cobra um valor que pode variar entre 90 e 160 euros por cliente, conforme a sua localização. No caso da oferta grossista ADSL, a PT cobra pelo mesmo acesso local 38 euros sendo que esta oferta apenas contempla 2 pontos nacionais de agregação. Assim, não é viável avançar com o mercado residencial enquanto os custos da desagregação não desçam para níveis mais aceitáveis.

Temos expectativas de que ocorra uma descida das tarifas fixo-móvel e móvel-móvel de forma gradual e concomitante com a introdução do princípio da diferenciação do operador mais pequeno, tal como sucede nos demais países europeus.

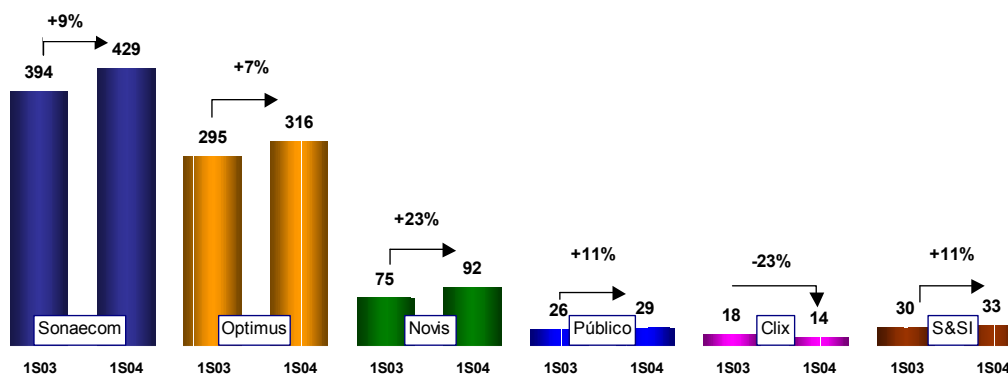
Apesar de tudo, a Sonaecom regista um esforço significativo da ANACOM que se traduziu especialmente na decisão sobre a extensão ao nível grossista da oferta dos circuitos de interligação e no projecto de decisão, onde prevê a obrigação imposta à PT de criar uma tarifa plana de interligação – um objectivo pelo qual a Sonaecom luta há muito tempo.

ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

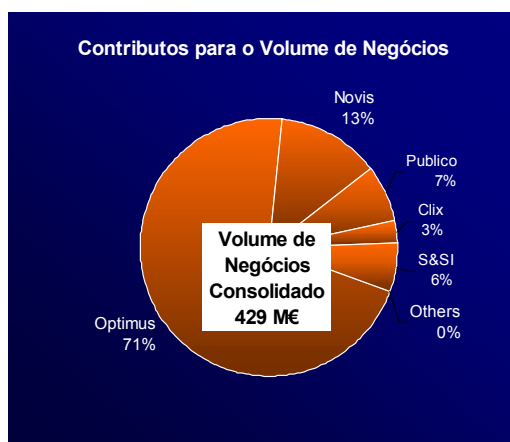
Análise do primeiro semestre:

A Sonaecom continua a registar melhorias significativas de crescimento, rentabilidade e geração de FCF.

Volume de Negócios (contas individuais das empresas)



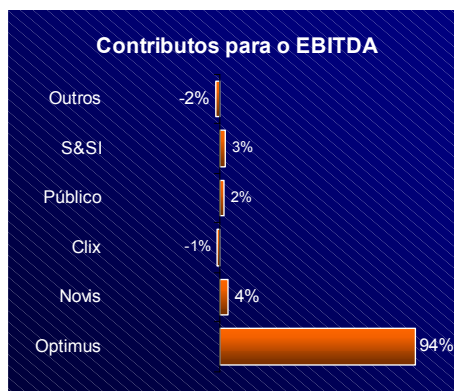
O Volume de Negócios Consolidado aumentou 9% no primeiro semestre de 2004 para 429 milhões de euros em comparação com o período homólogo. O principal contribuinte para o Volume de Negócios é a Optimus, com 71%, porém os outros negócios têm vindo a aumentar gradualmente o seu contributo:



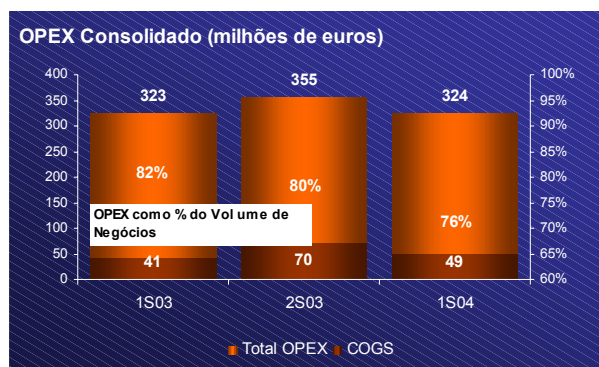
EBITDA

O EBITDA aumentou 53% no primeiro semestre para 98 milhões de euros tendo a Sonaecom alcançado uma margem de 23%, mais 7 pontos percentuais que no período homólogo.

Todos os principais negócios são actualmente contribuidores positivos de EBITDA com excepção do Clix. A margem EBITDA da Optimus no semestre foi de 29% sendo que para tal contribui o benefício pontual das receitas de *roaming* associadas ao Campeonato Europeu de Futebol, organizado em Portugal em Junho e no princípio de Julho, de cerca de 3,5 milhões de euros.



A capacidade revelada pela Sonaecom para integrar a maioria das funções transversais do Grupo tais como toda a Área Administrativa e Financeira, Tesouraria, Recursos Humanos, Relações Públicas, Área de Clientes, Legal, etc., e daí extrair sinergias, tem sido crucial para a obtenção de poupanças adicionais de custos e melhorias de eficiência operacional. Ainda mais relevante é o facto de que, com a progressiva integração das diversas redes de telecomunicações do Grupo, estar-se a atingir uma independência estrutural face à PT, permitindo assim uma estrutura de custos mais eficiente e flexível.



As Depreciações e Amortizações caíram 4% no primeiro semestre em comparação com o período homólogo, por força da adopção de um novo IFRS relativo à não amortização do *Goodwill*. Com a nova directiva, o *Goodwill* deixa de ser amortizado, mantendo-se como um activo no Balanço, sujeito anualmente a testes de avaliação de imparidade. A Sonaecom adoptou a nova directiva a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Resultados Financeiros Líquidos

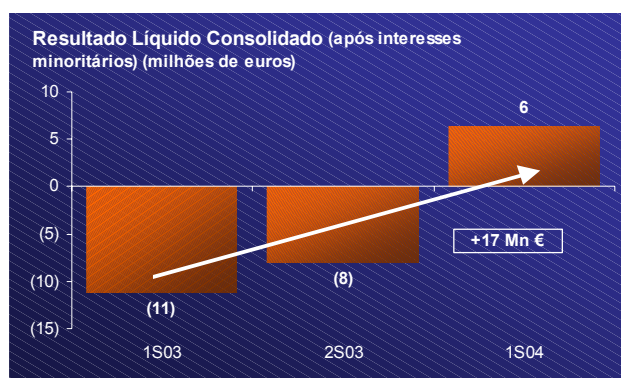
Os Resultados Líquidos Financeiros foram negativos em 10,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que compara com 9,1 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2003. A deterioração explica-se, principalmente, pelos custos associados ao refinanciamento da Optimus.

Impostos

A rubrica de impostos constante da demonstração de resultados da Sonaecom de cerca de 10 milhões de euros é constituída por um pagamento efectivo de 0,55 milhões de euros (0,47 milhões de euros pagos pela Enabler), sendo o restante respeitante a movimentos nas contas de impostos diferidos, incluindo a utilização de impostos diferidos activos na medida que começam a ser gerados lucros e a anulação do saldo de impostos diferidos activos no Clix (cerca de 2,8 milhões de euros).

Resultados Líquidos Positivos em dois trimestres consecutivos

A Sonaecom gerou Resultados Líquidos após minoritários positivos nos dois primeiros trimestres do ano, o que se explica pela melhoria da sua rentabilidade. No primeiro semestre de 2004, os Resultados Líquidos Consolidados atribuíveis à Sonaecom foram de 6 milhões de euros, o que compara com prejuízos de 11 milhões de euros no primeiro semestre do ano anterior.

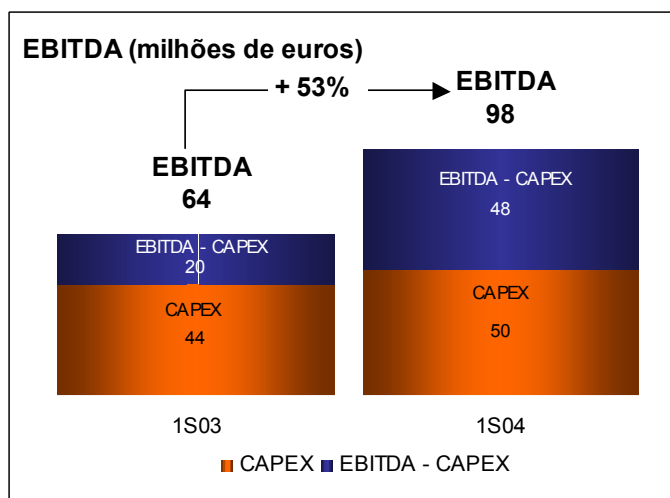


CAPEX & FCF

O CAPEX no primeiro semestre foi superior em 13% quando comparado com o período homólogo, facto explicado pela aquisição da KPNQwest Portugal por parte da Novis em Abril e pelos investimentos efectuados em UMTS na Optimus.

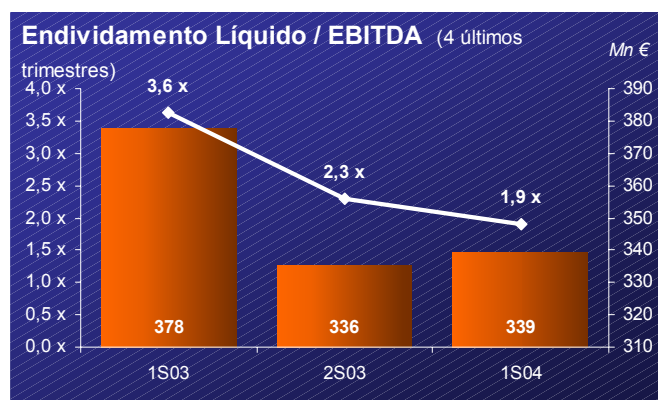
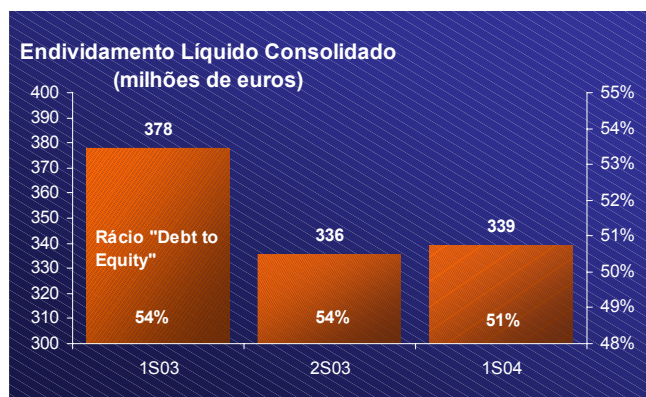
No primeiro semestre, a Sonaecom gerou 48 milhões de euros de Cash Flow Operacional (EBITDA – CAPEX), mais 145% que no primeiro semestre de 2003. O FCF no primeiro semestre de 2004 foi negativo em 2 milhões de euros, motivado por um maior investimento

em fundo de maneio e níveis superiores de investimento : (i) pagamento de 28 milhões de euros de IVA (recuperável até final de 2004) associado à venda das torres da Optimus a uma subsidiária detida a 100% - Optimus Towering (anteriormente Situs) e (ii) CAPEX mais elevado por força da aquisição da KPNQwest Portugal.



Estrutura de Capital

A estrutura de capital da Sonaecom continua a demonstrar melhorias. No final do primeiro semestre de 2004, o endividamento líquido ascendia a 339 milhões de euros e o rácio *Debt to Equity* (Endividamento / Total de Capitais Próprios com Minoritários + Endividamento) foi de 51%, o que compara com 54% no final do semestre homólogo de 2003, embora este rácio se tenha mantido estável nos primeiros 6 meses do ano.



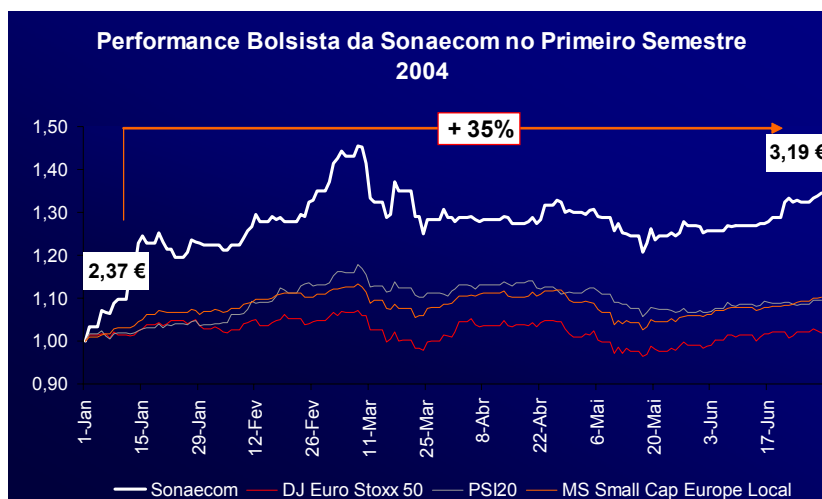
O rácio de Endividamento Líquido a dividir pelo EBITDA (últimos quatro trimestres) passou de 3,6x no final do primeiro semestre de 2003 para 1,9x no final do primeiro semestre de 2004, e o rácio de cobertura de juros passou de 8,5x para 13,2x em igual período, reflexo do aumento da capacidade da Sonaecom para cumprir o serviço da sua dívida. A liquidez

consolidada no final do primeiro semestre ascendia a 89 milhões de euros e a liquidez disponível na *holding* era de 62 milhões de euros.

Performance em Bolsa

Nos primeiros 6 meses do ano, a cotação da Sonaecom valorizou 35%, fechando a 30 de Junho a 3,19 euros por acção. Desta forma, no final do primeiro semestre a capitalização bolsista da Sonaecom ascendia a 722 milhões de euros, representando um aumento de 186 milhões de euros em comparação com o final de 2003.

A quantidade média de acções transaccionadas no período foi de 470 mil acções, quantidade equivalente a 1% das acções dispersas em bolsa.



A boa performance bolsista da Sonaecom resulta da divulgação continuada de bons resultados operacionais e financeiros e da preocupação com elevados padrões de comunicação com o mercado de capitais. O Grupo procura estar sempre disponível para investidores e analistas e durante o primeiro semestre, a Sonaecom realizou e participou em inúmeras iniciativas com o mercado, de entre as quais se destacam:

- ▣ *Roadshow* Lisboa – organizado pelo BCP Investimentos
- ▣ *Roadshow* UK – organizado pela Morgan Stanley
- ▣ *Roadshow* US – organizado pelo Santander
- ▣ *Roadshow* UK – organizado pelo Banco Espírito Santo
- ▣ BPI Small & Mid Cap Conference – Junho 2004
- ▣ Santander Telecom Conference – Junho 2004

Perspectivas Futuras

A boa performance operacional e financeira no primeiro semestre de 2004 fornece uma base sólida para a geração de rentabilidade e melhorias de FCF no segundo semestre, pese embora a sua dimensão dependerá de eventuais desenvolvimentos ao nível das tarifas de interligação móvel.

Agradecimentos

Agradecemos ao Fiscal Único pelo aconselhamento e ajuda prestados. Agradecemos também aos nossos fornecedores, às instituições bancárias e a outros parceiros do Grupo pela confiança que depositaram em nós.

Gostaríamos de agradecer, acima de tudo, a toda a equipa de colaboradores do Grupo Sonaecom que trabalharam intensamente para assegurar a continuidade do sucesso alcançado e cujo esforço é claramente visível nos resultados por nós alcançados.

Maia, 27 de Julho de 2004

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2004	Junho de 2003	Dezembro de 2003
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.c), 1.f) e 5	464.502.884	508.153.640	490.831.009
Imobilizações incorpóreas	1.d) e 6	193.650.196	171.719.353	201.440.387
Goodwill	1.d) e 6	31.483.668	30.396.602	26.940.588
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 3	661.185	815.303	723.685
Investimentos disponíveis para venda	1.e) e 7	5.968.587	2.289.500	5.966.092
Outras dívidas de terceiros	8	3.770.213	-	-
Impostos diferidos activos	1.p), 1.r) e 9	76.906.024	91.571.549	84.626.227
Outros activos não correntes	1.r) e 10	22.196.470	9.924.769	21.991.571
Total de activos não correntes		<u>799.139.227</u>	<u>814.870.716</u>	<u>832.519.558</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	1.h) e 11	11.077.356	9.681.611	8.278.703
Clientes	1.i) e 12	142.518.798	158.897.434	145.002.551
Outras dívidas de terceiros	1.i) e 13	45.998.496	9.742.054	18.008.172
Outros activos correntes	1.j), 1.q), 1.r) e 14	66.970.677	60.802.245	60.719.893
Caixa e equivalentes de caixa	1.k) e 15	88.743.851	94.120.446	144.166.252
Total de activos correntes		<u>355.309.178</u>	<u>333.243.790</u>	<u>376.175.571</u>
Total do activo		<u>1.154.448.405</u>	<u>1.148.114.506</u>	<u>1.208.695.129</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	16	226.250.000	226.250.000	226.250.000
Reservas	1.s) e 1.w)	13.009.202	31.166.114	31.533.763
Resultado líquido consolidado do período/ exercício		6.147.169	(11.151.353)	(19.170.834)
		<u>245.406.371</u>	<u>246.264.761</u>	<u>238.612.929</u>
Interesses minoritários	1.a) e 17	171.112.886	158.283.747	164.420.927
Total do capital próprio		<u>416.519.257</u>	<u>404.548.508</u>	<u>403.033.856</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.l) e 18	400.000.000	280.573.500	420.458.200
Outros credores não correntes	1.f) e 19	4.078.062	12.794.733	46.132.150
Provisões para riscos e encargos	1.o), 1.r) e 20	5.006.776	9.170.869	3.741.092
Outros passivos não correntes	1.r) e 21	8.745.401	-	7.020.723
Total de passivos não correntes		<u>417.830.239</u>	<u>302.539.102</u>	<u>477.352.165</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos de longo prazo	1.l) e 18	-	61.114.700	-
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l) e 22	26.070.516	121.721.156	56.462.414
Fornecedores	23	149.619.118	132.672.057	140.969.320
Outras dívidas a terceiros	24	26.181.263	19.673.600	17.631.305
Outros passivos correntes	1.q) e 25	118.228.012	105.845.383	113.246.070
Total de passivos correntes		<u>320.098.909</u>	<u>441.026.896</u>	<u>328.309.109</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.154.448.405</u>	<u>1.148.114.506</u>	<u>1.208.695.129</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA O SEMESTRE E PARA O TRIMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004,

PARA O SEMESTRE E PARA O TRIMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Junho de 2004	Março a Junho de 2004 (Não auditado)	Junho de 2003	Março a Junho de 2003 (Não auditado)	Dezembro de 2003
Proveitos operacionais:						
Vendas	26	50.270.605	26.399.856	47.902.411	20.656.907	106.214.013
Prestações de serviços	26	378.671.492	195.690.052	346.386.846	178.065.348	731.528.331
Outros proveitos operacionais	27	3.271.568	873.346	5.723.476	3.419.984	7.109.594
Total de proveitos operacionais		<u>432.213.665</u>	<u>222.963.254</u>	<u>400.012.733</u>	<u>202.142.239</u>	<u>844.851.939</u>
Custos operacionais:						
Custo das vendas	11	(49.276.456)	(26.227.390)	(41.128.499)	(17.193.197)	(111.189.573)
Fornecimentos e serviços externos	1.g) e 28	(221.931.070)	(110.253.099)	(225.404.865)	(114.597.777)	(457.510.181)
Custos com o pessoal	39	(46.183.409)	(23.161.619)	(46.629.508)	(24.190.524)	(95.134.727)
Amortizações e depreciações	5 e 6	(62.712.966)	(30.371.538)	(65.164.843)	(32.228.765)	(129.392.972)
Provisões e perdas de imparidade	1.o), 1.v) e 20	(10.528.367)	(5.183.614)	(12.735.025)	(6.410.619)	(20.879.234)
Outros custos operacionais	1.v) e 29	(6.600.928)	(3.548.231)	(10.128.850)	(5.505.640)	(14.601.660)
Total de custos operacionais		<u>(397.233.196)</u>	<u>(198.745.491)</u>	<u>(401.191.590)</u>	<u>(200.126.522)</u>	<u>(828.708.346)</u>
Resultados operacionais		34.980.469	24.217.763	(1.178.857)	2.015.717	16.143.593
Ganhos e perdas em empresas associadas	30	(64.187)	34.530	80.619	80.619	(432.295)
Outros resultados financeiros	1.m), 1.n), 1.t) e 30	<u>(10.743.905)</u>	<u>(5.717.098)</u>	<u>(9.222.614)</u>	<u>(4.725.306)</u>	<u>(23.559.924)</u>
Resultados correntes		24.172.377	18.535.195	(10.320.852)	(2.628.970)	(7.848.626)
Imposto sobre o rendimento	1.p) e 31	<u>(9.615.098)</u>	<u>(6.307.008)</u>	<u>(3.849.838)</u>	<u>(2.332.580)</u>	<u>(11.765.308)</u>
Resultado depois de impostos		14.557.279	12.228.187	(14.170.690)	(4.961.550)	(19.613.934)
Interesses minoritários	1.a) e 17	(8.410.110)	(6.316.107)	3.019.338	567.643	443.100
Resultado líquido consolidado		<u>6.147.169</u>	<u>5.912.080</u>	<u>(11.151.353)</u>	<u>(4.393.907)</u>	<u>(19.170.834)</u>
Resultados por acção						
Incluindo operações em descontinuação						
Básicos		0,03	0,03	(0,05)	(0,02)	(0,08)
Diluídos		0,03	0,03	(0,05)	(0,02)	(0,08)
Excluindo operações em descontinuação						
Básicos		0,03	0,03	(0,05)	(0,02)	(0,08)
Diluídos		0,03	0,03	(0,05)	(0,02)	(0,08)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Patricia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

SONAFECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

2004										
Notas	Capital Social	Reservas					Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
		Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Reservas de cobertura				Total de reservas
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	226.250.000	114.360	335.819.541	(182.577.529)	(121.380.899)	(441.710)	31.533.763	-	(19.170.834)	238.612.929
Aplicação do resultado consolidado de 2003	-	-	-	(19.170.834)	-	-	(19.170.834)	-	19.170.834	-
Resultado consolidado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2004	-	-	-	-	-	-	-	-	6.147.169	6.147.169
Reservas de cobertura (Swaps)	-	-	-	-	-	185.875	185.875	-	-	185.875
Alteração de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	460.398	-	-	460.398	-	-	460.398
Saldo em 30 de Junho de 2004	16	226.250.000	114.360	335.819.541	(201.287.965)	(121.380.899)	(255.835)	13.009.202	-	245.406.371
<u>Interesses minoritários</u>										
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	-	-	-	-	-	-	-	164.420.927	-	164.420.927
Entradas de novas empresas	-	-	-	-	-	-	-	(2.458.744)	-	(2.458.744)
Prestações Suplementares	-	-	-	-	-	-	-	1.432.958	-	1.432.958
Variação dos minoritários da Retailbox e Enabler	-	-	-	-	-	-	-	(324.194)	-	(324.194)
Reservas de cobertura (Swaps)	-	-	-	-	-	-	-	(296.844)	-	(296.844)
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	8.410.110	-	8.410.110
Outras	-	-	-	-	-	-	-	(71.327)	-	(71.327)
Saldo em 30 de Junho de 2004	17	-	-	-	-	-	-	171.112.886	-	171.112.886
Total		226.250.000	114.360	335.819.541	(201.287.965)	(121.380.899)	(255.835)	13.009.202	171.112.886	416.519.257
2003										
	Capital Social	Reservas					Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
		Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Reservas de cobertura				Total de reservas
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	226.250.000	114.360	335.819.541	(109.217.954)	(121.380.899)	-	105.335.048	-	(74.535.849)	257.049.199
Aplicação do resultado consolidado de 2002	-	-	-	(74.535.849)	-	-	(74.535.849)	-	74.535.849	-
Resultado consolidado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2003	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.151.353)	(11.151.353)
Corr Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	-	-	459.584	-	-	459.584	-	-	459.584
Alteração de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	(92.669)	-	-	(92.669)	-	-	(92.669)
Saldo em 30 de Junho de 2003	16	226.250.000	114.360	335.819.541	(183.386.888)	(121.380.899)	-	31.166.114	-	246.264.761
<u>Interesses minoritários</u>										
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	-	-	-	-	-	-	-	160.195.053	-	160.195.053
Variação nos resultados transitados da Enabler UK	-	-	-	-	-	-	-	22.695	-	22.695
Variação das reservas cambiais	-	-	-	-	-	-	-	(17.585)	-	(17.585)
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(3.019.338)	-	(3.019.338)
Outras	-	-	-	-	-	-	-	1.102.922	-	1.102.922
Saldo em 30 de Junho de 2003	17	-	-	-	-	-	-	158.283.747	-	158.283.747
Total		226.250.000	114.360	335.819.541	(183.386.888)	(121.380.899)	-	31.166.114	158.283.747	404.548.508

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003
 (Montantes expressos em Euros)

	Junho de 2004	Junho de 2003
Resultado operacional antes de Amortizações, Depreciações e Provisões	108.221.802	76.721.010
Variação de fundos circulantes	(68.039.541)	(51.223.162)
Fluxos de actividade operacional	40.182.261	25.497.848
Investimento líquido financeiro	(8.979.978)	(2.500.000)
Investimento líquido em imobilizado corpóreo e incorpóreo	(30.568.255)	(23.546.968)
Fluxos de actividade de investimento	(39.548.233)	(26.046.968)
Varição de empréstimos concedidos e obtidos	(53.570.619)	(37.067.284)
Receitas/Despesas financeiras	(5.905.548)	(8.803.219)
Fluxos de actividade de financiamento	(59.476.167)	(45.870.503)
Varição de caixa e seus equivalentes	(58.842.139)	(46.419.623)
Disponibilidades no início do período	147.585.990	140.540.069
Disponibilidades no fim do período	88.743.851	94.120.446

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

1 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Caixa e seus equivalentes no fim do exercício findo em 31/12/03:	144.166.252
Entradas de novas Empresas:	
Enabler DE - (Fevereiro 2004)	149.254
KPN Qwest, Noriema e Jaua - (Abril 2004)	3.270.484
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício findo em 31/12/03:	147.585.990

2 - Aquisições e alienações de investimentos financeiros

KPNQwest	8.869.141
Enabler DE	150.000
Enabler UK	79.685
Retailbox	(118.848)
	8.979.978

Anexo
às
demonstrações financeiras consolidadas

***Anexo
às
demonstrações financeiras consolidadas
em 30 de Junho de 2004 e 2003***

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida (i) aos colaboradores do Grupo Sonae, (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos

accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Os negócios do Grupo consistem essencialmente nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas;
- Internet e media;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo opera, essencialmente, em Portugal, com algumas das subsidiárias (da área de Consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, Reino Unido, Holanda e Alemanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ajustados, no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS/IFRS).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com os IAS/IFRS, foram adoptados princípios e políticas contabilísticas que, nalguns casos, divergem dos adoptados nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, o desreconhecimento de activos incorpóreos associados aos custos de angariação de clientes, às despesas de instalação e às despesas de investigação e desenvolvimento e à reposição do goodwill no activo, o qual a partir de 1 de Janeiro de 2001 tinha sido contabilizado directamente na rubrica de "Reservas".

No semestre findo em 30 de Junho de 2004, a Sonaecom decidiu adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2004, as disposições previstas no IFRS 3 – "Business Combinations", relativamente à não amortização do Goodwill gerado na aquisição de participações financeiras e à realização dos respectivos testes de imparidade de acordo com a nova redacção da IAS 36.

Adicionalmente, a Sonaecom decidiu adoptar as disposições previstas na IAS 1, tendo por esse facto reclassificado nos balanços em 30 de Junho de 2004, 2003 e 31 de Dezembro de 2003, os saldos de interesses minoritários, para os incluir na rubrica de Capital Próprio.

Por último, a Sonaecom adoptou (antecipadamente) com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004, o IFRS 2 – “Share - Based Payment”, relativamente à contabilização de planos de acções e stock options.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas do Grupo é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo excluídas da consolidação em 2003 eram imateriais e foram apresentados ao custo de aquisição (Nota 3), o qual não divergia significativamente do seu justo valor.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de “Reservas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para riscos e encargos para esse efeito.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se descritos na Nota 3.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Outros custos operacionais” da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios	50
Outras construções	10
Rede de telecomunicações	10-20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	5-8
Outras imobilizações corpóreas	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

d) Imobilizações incorpóreas e Goodwill

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a imobilizações corpóreas – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial e os encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas (15 anos). A licença de operador UMTS não se encontra a ser amortizada.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações e depreciações”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de “Goodwill”, e, quando negativas, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, o “Goodwill” era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações e depreciações do exercício”. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – “Business Combinations”, o Grupo suspendeu a amortização do “Goodwill”. As perdas de imparidade do exercício do “goodwill” são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de “Outros custos operacionais”.

e) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade
- Investimentos detidos para negociação
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como activos não correntes, excepto se a sua maturidade for inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos detidos para negociação são classificados como activos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos não correntes mesmo quando o Conselho de Administração manifesta intenção de os alienar num período inferior a 12 meses.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da entrega.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor da retribuição dada por ele, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são remensurados pelos seus justos valores, sem qualquer dedução para custos de transacção em que se possa incorrer na venda, por referência à sua cotação ou ao valor de mercado estimado à data do balanço.

f) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

g) Locação operacional (ALD's)

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

h) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição deduzido das eventuais perdas de imparidade.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Nota 20).

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

j) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria com vencimento a mais de três meses são valorizados ao justo valor, e registam-se na rubrica de "Outros activos correntes".

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu justo valor. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas em outros activos correntes ou não correntes e reconhecidas como custo, de forma linear, ao longo do período de vida desses empréstimos.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda quando o projecto em causa se encontra numa fase de suspensão.

n) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pelo Grupo respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

q) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 14 e 25) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os activos e passivos financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de “Proveitos financeiros” e “Custos financeiros”.

r) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 10 e 21).

s) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

t) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício.

u) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existente à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Outras reservas”.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais e associadas estrangeiras foram as seguintes:

	2004		2003	
	30.06.04	Média	30.06.03	Média
Libra inglesa	1,49087	1,48508	1,44259	1,46092
Real brasileiro	0,26428	0,27475	0,30407	0,28051

v) Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de “Outros custos operacionais” nos casos de Goodwill, e para os outros activos na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

w) Planos de Acções e Stock Options

A Sonaecom adoptou, antecipadamente, as disposições previstas na IFRS 2 – “Share - based Payment”, relativamente ao tratamento contabilístico dos planos de acções e de stock options.

Os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções, pelo que a responsabilidade é registada a crédito na rubrica de “Reservas”, no Capital próprio, apurada na data de atribuição das mesmas. O registo é efectuado pelo justo valor, proporcionalmente ao período decorrido, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal” da demonstração de resultados do exercício.

Adicionalmente, quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, os impactos deste contrato anulam o efeito em Capitais próprios. Dado que as responsabilidades são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa, esse montante total é contabilizado nas rubricas de “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”. A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é reconhecida no balanço nas rubricas de “Outros activos não correntes” e “Outros activos correntes”. O líquido entre o valor de “Outros passivos” e “Outros activos” é registado a débito na rubrica de “Outras reservas” no Capital próprio.

O Grupo celebrou em 2003 um contrato onde transferiu, através do estabelecimento do pagamento de uma verba fixa, a titularidade da sua responsabilidade afecta àquele plano para uma entidade exterior ao Grupo Sonaecom. Assim, o impacto total associado aos planos de acções e de stock options está contabilizado, no balanço, nas rubricas de “Outros activos não correntes”, “Outros activos correntes”, “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de “Custos com pessoal”.

x) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2004 e 2003, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2004		2003	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe: SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias: Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. ("Clixgest" – usando a marca "Clix")	Maia	Desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com as tecnologias de informação e multimédia, nomeadamente internet, conteúdos e comércio electrónico.	Sonae Matrix	56,67%	56,67%	56,67%	56,67%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,1%	75,1%	75,1%	75,1%
Douro – Centro de Produções Artísticas, Lda. ("Douro")	Matosinhos	Concepção e produção de filmes, cinema, vídeo, comerciais, documentários, trilhas sonoras, para rádio e TV, assessoria, comercialização e promoção de vendas de eventos e espectáculos artísticos e culturais.	Sonae Matrix	(Dissolvida)		100%	100%
Enabler – Informática, S.A. ("Enabler")	Maia	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Retailbox	100%	70%	100%	66%
Enabler Brasil, Ltda. ("Enabler Brasil")	Curitiba- Paraná	Exploração comercial de software, desenvolvido pela empresa ou por terceiros; prestação de serviços técnicos de consultoria relacionada com software.	Enabler	99,99%	69,99%	99,99%	65,34%
Enabler & Retail Consult, GmbH (Enabler Alemanha) (a)	Alemanha	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	85%	59,5%	50%	33%
Enabler UK, Limited ("Enabler UK")	Reino Unido	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	85%	59,5%	65%	42,9%
Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. ("Exit")	Maia	Prestação de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da internet.	Sonaecom Portais Verticais	75% -	75% -	- 75%	- 37,5%

			Percentagem do capital detido				
Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2004		2003	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Fun Online – Actividades Lúdicas, S.A. (“Fun Online” – usando a marca “Level”)	Maia	Desenvolvimento, organização e realização de jogos, eventos e outras actividades lúdicas on-line.	Sonae Matrix	(Dissolvida)		100%	100%
Investimento Directo – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (“Investimento Directo” – usando a marca “Atrium”)	Lisboa	Intermediação na compra e venda de bens mobiliários.	Sonaecom Sistemas de Informação	-	-	55%	55%
Harpa Beheer BV (“Harpa”)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Público	(Dissolvida)		100%	99,99%
Jaua, S.G.P.S.,S.A. (“Jaua”) (d)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Novis	100%	56,67%	-	-
KPNQwest Portugal – Telecomunicações, Lda (“KPNQwest”) (d)	Lisboa	Fornecimento de acesso à internet.	Jaua	51%	28,9%	-	-
			Noriema	49%	27,77%	-	-
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Maia	Prestação de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação.	Novis	100%	56,67%	-	-
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. (“Miauger”)	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos “on-line” de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Move On, S.G.P.S., S.A. (“Move On”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing.	Sonae.com Sistemas de Informação	(Dissolvida)		100%	100%
Noriema, S.G.P.S.,S.A. (“Noriema”) (d)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Novis	100%	56,67%	-	-
M3G – Edições Digitais, S.A. (“M3G”)	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público.pt	100%	99,99%	100%	99,99%
Novis Telecom, S.A. (“Novis”)	Maia	Instalação, manutenção e exploração de equipamentos de processamento de informação e de telecomunicações, gestão de redes e fornecimento de informação e de serviços de valor acrescentado.	Sonaecom	15%	15%	15%	15%
			Sonae Matrix	41,67%	41,67%	-	-
			Sonae.com Sistemas de Informação	-	-	41,67%	41,67%
Optimus – Telecomunicações, S.A. (“Optimus”)	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	46,29%	46,29%	46,29%	46,29%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. (“Per-Mar”)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	46,29%	100%	46,29%
Público – Comunicação Social, S.A. (“Público”)	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaatelecom BV	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Percentagem do capital detido				
			Detentor de capital	2004		2003	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Público.pt – Serviços Digitais Multimédia, S.A. (“Público.pt”)	Maia	Divulgação de produtos e serviços em formato electrónico, divulgação de informação multimédia e promoção de negócios em ambiente digital.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Retailbox BV (“Retailbox”)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaetelecom BV	70%	70%	66%	66%
Optimus Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. (ex. “Situs”) (b)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	46,29%	50%	23,15%
Santo Bosque – Espaço de Entretenimento, Lda. (“Santo Bosque”)	Matosinhos	Organização, promoção e produção de espectáculos, eventos e actualidades culturais, recreativas e de entretenimento; locação temporária de espaços, equipamento e prestação de serviços; a gestão de meios publicitários e promocionais; edição de publicações; gestão e exploração de estabelecimentos de restauração e a prestação de serviços ou venda de produtos conexos com as actividades atrás indicadas.	Sonae Matrix	(Dissolvida)		92,9%	92,9%
			Douro			7,1%	7,1%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”) (c)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	90%	89,99%
Sonae.com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. (“Sonae.com Sistemas de Informação”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. (“Sonae Matrix”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (“Sonae Telecom”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (“We Do”)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	-	-
			Sonaetelecom BV	-	-	100%	100%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2004		2003	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
XS – Comunicação, Informação e Lazer, S.A. ("XS" – usando a marca "Xis")	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas, concretizada através da revista Xis.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) A Enabler Alemanha, em 30 de Junho de 2003, não foi incluída na consolidação (Nota3);

(b) A Situs, em 30 de Junho de 2003, não foi incluída na consolidação (Nota3);

(c) A SIRS, em 30 de Junho de 2004, foi incluída pelo método da equivalência patrimonial (Nota3).

(d) As demonstrações financeiras destas empresas foram consolidadas pelo método integral a partir de 1 de Abril de 2004.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e contabilização de investimentos em subsidiárias”(maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa). Atendendo aos estatutos da Optimus, a Sonaecom, apesar de deter apenas 46,29% da referida empresa, detém 52,34% dos direitos de voto.

3. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas e em empresas excluídas da consolidação, cujas sedes sociais, actividades principais, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço em 30 de Junho de 2004 e 2003, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2004		2003		2004	2003
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas associadas:									
Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. (“Exit”)	Maia	Prestação de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da internet.	Sonaecom Portais Verticais	75%	75%	- 75%	- 37,5%	Incluída na consolidação (Nota 2)	(a)
Myplace – Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A. (“Myplace – usando a marca “Casaglobal”)	Maia	Criação e desenvolvimento de um portal na internet que agregue centralmente informação relativa à compra e venda de imóveis, bem como a criação de conteúdos relacionados.	Portais Verticais	-	-	100%	55%	(Dissolvida)	(a)
Net Mall, S.G.P.S., S.A. (“Net Mall”)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae.Com Sistemas de Informação	50%	50%	50%	50%	(a)	(a)
Portais Verticais.com, S.G.P.S., S.A. (“Portais Verticais”)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio dos portais verticais.	Sonae Matrix	-	-	50%	50%	(Dissolvida)	(a)
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	90%	89,99%	(a)	Incluída na consolidação (Nota 2)

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2004		2003		2004	2003
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40%	40%	40%	40%	661.185	727.803
Global S – Centro Comercial, Lda.	Matosinhos	Prestação de serviços de tecnologias de informação, para a promoção e gestão de centros comerciais multimédia. Exploração de centro comercial (Global Shop).	Global S	2,4%	0,8%	99,7%	25%	(b)	(b)
			Global S 24	97,5%	15,8%	97,5%	15,8%	(b)	(b)
Global S, S.G.P.S., S.A. ("Global S" – usando a marca "Global Shop")	Matosinhos	Gestão de participações sociais.	Net Mall	64,7%	32,4%	50,1%	25,1%	(b)	(b)
Global S – Tecnologias de Informação, Lda.	Matosinhos	Desenvolvimento, produção, comercialização, formação e prestação de serviços no âmbito das tecnologias de informação, comunicação e segurança.	Global S	75%	24,3%	66,7%	17%	(b)	(b)
Global S 24, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	Gestão de participações sociais.	Global S	50%	16,2%	-	-	(b)	(b)
Empresas associadas registadas pelo custo de aquisição:									
Enabler & Retail Consult, GmbH	Alemanha	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	85%	59,5%	50%	33%	Incluída na consolidação (Nota 2)	12.500
Optimus Towering – Exploração de Torres de Telecomunica- ções, S.A. (ex. "Situs")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	46,29%	50%	23,15%	Incluída na consolidação (Nota 2)	25.000

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2004		2003		2004	2003
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas do grupo excluídas da consolidação:									
Contacto Útil – Serviços de Gestão de Atendimento a Clientes, S.A. ("Contacto Útil")	Maia	Criação e gestão de centros de atendimento a clientes e call centers, incluindo a detenção do respectivo equipamento e restante infraestrutura associada.	Optimus	Dissolvida		100%	46,29%	-	50.000
								661.185	815.303

(a) Participação que se encontra totalmente provisionada.

(b) Em 2003, o valor do balanço das Empresas do Sub-Grupo Global S encontra-se reflectido no activo da Netmall (Empresa detentora dessa participação), o qual era nulo nessas datas.

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.

A dissolução da Contacto Útil gerou uma menos-valia de 50.000 Euros (Nota 30).

Em 30 de Junho de 2003, algumas empresas do grupo e associadas foram excluídas da consolidação, dado serem imateriais quer individualmente quer no seu conjunto para as demonstrações financeiras consolidadas, encontrando-se registadas nas demonstrações financeiras anexas pelo custo de aquisição ou pelo seu valor estimado de realização, dos dois o mais baixo.

4. Alterações ocorridas no grupo

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

4. a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% Participação actual
Enabler	Enabler & Retail Consult	Jan-04	35%	85%
Sonae Telecom BV	Retailbox BV	Fev-04	6%	70%
Enabler	Enabler UK	Abr-04	2,5%	85%
Novis	Jaua	Abr-04	100%	100%
Novis	Noriema	Abr-04	100%	100%

Como resultado das aquisições acima mencionadas, foi gerado um Goodwill no montante de 4.545.574 Euros (Nota 6).

Em Abril de 2004, o Grupo adquiriu a KPNQwest por intermédio da Jaua e da Noriema. Esta transacção resume-se como segue:

Activos líquidos adquiridos:

Equipamento administrativo	1.235.739
Outro imobilizado corpóreo	347.057
Existências	89.478
Empréstimos ao Grupo	3.000.000
Clientes	3.753.239
Outros devedores	208.681
Disponibilidades	3.270.484
Activos por impostos diferidos	809.006
Outros	21.878
Provisões para outros riscos e encargos	(213.000)
Fornecedores	(1.611.490)
Empréstimos do Grupo	(4.683.000)
Outros credores	(295.750)
Acréscimos de custos	(489.246)
Total	5.443.076
Goodwill	5.676.990
Custo de aquisição	11.120.066
Disponibilidades adquiridas	(3.270.484)
	7.849.582
Parcela de Goodwill imputada a minoritários	(2.460.027)

4. b) Operações internas

<u>Compradora</u>	<u>Vendedora</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>% Aquisição</u>	<u>% Participação actual</u>
Sonaecom	Portais Verticais	Exit	Jan-04	75%	75%

Esta operação não gerou qualquer resultado ao nível das contas consolidadas.

4. c) Prestações suplementares

<u>Participante</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>Valor</u>	<u>% Participação actual</u>
Sonae.com Sistemas de Informação	Digitmarket	Fev-04	2.212.436	75,1%
Optimus	Situs	Mar-04	175.750.000	100%

4. d) Dissolução de sociedades

<u>Participante</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>% Participação</u>
Sonae Matrix	Portais Verticais	Fev-04	100%
Sonae Matrix	Douro	Mar-04	100%
Optimus	Contacto Útil	Jun-04	100%

4. e) Aumentos de capital

<u>Participante</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>Valor</u>	<u>% Participação</u>
Enabler	Enabler Brasil	Mai-04	407.566 Reais	99,99%

4. f) Reduções de capital

<u>Participante</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>Valor</u>	<u>% Participação</u>
Sonae Matrix	Clix	Fev-04	11.600.000	56,67%
Sonae.com SI	Digitmarket	Abr-04	3.655.000	75,1%

4. g) Alienações

<u>Vendedora</u>	<u>Participada</u>	<u>Data</u>	<u>% alienada</u>	<u>% Participação</u>
Sonae Telecom BV	Retailbox BV	Mar-04	2%	70%

Como resultado da alienação acima referida foi gerada uma menos-valia de 14.187 Euros (Nota 30).

5. Imobilizações corpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2004									2003
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial	1.391.593	154.974.769	550.394.743	211.986	101.042.052	1.166.385	2.046.875	27.884.034	839.112.437	799.149.294
Novas empresas no consolidado	-	-	6.894	-	6.048.429	-	652.734	-	6.708.057	-
Adições	-	53.191	2.725.594	234.827	64.173	2.272	29.757	27.375.072	30.484.886	25.453.118
Alienações	-	(277.613)	(1.641.085)	(271.393)	(1.746.677)	(5.548)	(170)	(8.538.392)	(12.480.878)	(6.617.899)
Transferências e abates	-	5.393.731	12.182.770	(26.398)	2.303.945	37.993	-	(20.613.802)	(721.761)	2.446.285
Saldo final	1.391.593	160.144.078	563.668.916	149.022	107.711.922	1.201.102	2.729.196	26.106.912	863.102.741	820.430.798

	2004									2003
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total	Total
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:										
Saldo inicial	-	55.705.401	246.263.629	117.438	44.143.553	1.050.238	1.001.169	-	348.281.428	271.698.840
Novas empresas no consolidado	-	-	-	-	4.791.676	-	304.063	-	5.095.739	-
Amortizações do exercício	-	7.659.955	30.027.647	14.176	11.278.509	48.504	275.452	-	49.304.243	48.819.780
Perdas de imparidade do exercício	-	-	-	-	(229.788)	-	-	-	(229.788)	-
Alienações	-	(107.242)	(1.322.945)	(13.806)	(1.746.677)	(2.945)	(170)	-	(3.193.785)	(2.727.841)
Transferências e abates	-	(24.865)	(206.265)	-	(432.175)	5.325	-	-	(657.980)	(5.513.621)
Saldo final	-	63.233.249	274.762.066	117.808	57.805.098	1.101.122	1.580.514	-	398.599.857	312.277.158
Valor líquido	1.391.593	96.910.829	288.906.850	31.214	49.906.824	99.980	1.148.682	26.106.912	464.502.884	508.153.640

As adições do semestre incluem um conjunto de activos, associados à operação de UMTS.

O custo de aquisição das imobilizações corpóreas detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, ascendia a 9.909.416 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 6.415.592 Euros e 8.525.685 Euros, respectivamente.

As imobilizações corpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso. Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, o total destes custos ascende a 14.264.206 Euros e 11.366.034 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 4,625% em 2004 (3,737 % em 2003) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração do custo dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

O imobilizado corpóreo em curso apresentava, em 30 de Junho de 2004 e 2003, a seguinte composição:

	2004	2003
Desenvolvimento da rede móvel	22.215.993	18.231.163
Desenvolvimento da rede fixa	2.246.065	1.201.519
Sistemas de informação	1.519.466	-
Obras em edifícios	125.388	133.354
	<u>26.106.912</u>	<u>19.566.036</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2004	2003
Investimentos da área técnica	23.760.573	48.740.174
Investimentos em sistemas de informação	4.994.861	8.226.262
	<u>28.755.434</u>	<u>56.966.436</u>

6. Imobilizações incorpóreas e Goodwill

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e no goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2004	2003	2004					2003
	Goodwill		Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total	Total
Activo Bruto:								
Saldo inicial	59.851.238	62.458.466	4.291.030	142.247.942	-	157.052.850	303.591.822	248.219.454
Novas empresas no consolidado	3.288.610	-	-	-	-	-	-	-
Saída de empresas do consolidado	(319.748)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	1.256.964	-	22.176	380.509	55.810	7.551.810	8.010.305	16.363.555
Alienações	-	-	-	(12.717)	-	(10.000)	(22.717)	(1.050.994)
Transferências e abates	(32.593.396)	(560.722)	(12.148)	4.431.527	582.391	(7.404.530)	(2.402.760)	(99)
Saldo final	31.483.668	61.897.744	4.301.058	147.047.261	638.201	157.190.130	309.176.650	263.531.916
	2004	2003	2004					2003
	Goodwill		Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total	Total
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:								
Saldo inicial	32.910.650	27.126.225	3.811.437	98.339.998	-	-	102.151.435	76.231.402
Novas empresas no consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-
Saída de empresas do consolidado	(319.748)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	-	2.396.034	182.678	13.226.045	-	-	13.408.723	13.949.029
Perdas de imparidade do exercício (Nota 29)	-	434.530	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(7.205)	-	-	(7.205)	-
Transferências e abates	(32.590.902)	1.544.353	(11.877)	(14.622)	-	-	(26.499)	1.632.132
Saldo final	-	31.501.142	3.982.238	111.544.216	-	-	115.526.454	91.812.563
Valor líquido	31.483.668	30.396.602	318.820	35.503.045	638.201	157.190.130	193.650.196	171.719.353

O Grupo, de acordo com a política prevista na IFRS 3, suspendeu a amortização do Goodwill a partir de 1 de Janeiro de 2004. O valor incluído na rubrica de “Transferências e abates” no montante de 32.590.902 Euros corresponde à reclassificação das amortizações acumuladas de Goodwill para o valor bruto.

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha registado na rubrica “Imobilizações incorpóreas” 156.160.334 Euros e 154.894.024 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento realizado no desenvolvimento da rede UMTS.

O imobilizado incorpóreo em curso apresentava, em 30 de Junho de 2004 e 2003, a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Incorpóreo :		
Licença UMTS (1)	132.453.751	99.759.579
Estudos de desenvolvimento das redes UMTS (1) e GPRS (2), incluindo encargos financeiros capitalizados (Nota 1.m))	24.736.379	21.851.484
Desenvolvimento de software em curso	-	6.697.361
	<u>157.190.130</u>	<u>128.308.424</u>

(1) Universal Mobile Telecommunications Service

(2) General Packet Radio System

A rubrica Imobilizações em curso – Licença UMTS inclui Euro 32.694.084 relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal. O valor nominal da dívida à data da transacção era de Euro 33.333.333, tendo sido actualizada para o justo valor, com base na taxa média de rendimento das aplicações financeiras da subsidiária Optimus.

Durante 2003, a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) tomou a decisão de adiar para 1 de Julho de 2004 o início da operação comercial de prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS (“Universal Mobile Telecommunications Service”). Apesar deste adiamento, o Conselho de Administração da Sonaecom mantém a confiança no sucesso comercial dos serviços baseados na tecnologia UMTS e na consequente rentabilidade dos montantes já investidos.

A reconciliação entre a rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração de resultados e as amortizações e depreciações efectuadas em Junho de 2004 e Junho de 2003, é como segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Depreciações do exercício – Imobilizado corpóreo	49.304.243	48.819.780
Amortizações do exercício – Imobilizado incorpóreo	13.408.723	16.345.063
	<u>62.712.966</u>	<u>65.164.843</u>
Amortizações e depreciações – Demonstração de resultados	<u>62.712.966</u>	<u>65.164.843</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, o “goodwill” tinha a seguinte composição:

	Data de aquisição	2004				2003	
		Valor bruto 30.06.2004	Valor bruto 31.12.2003	Amortização, e perdas de imparidade do exercício	Amortização e perdas de imparidade acumuladas	Valor contabilístico	Valor contabilístico
Sonaecom / SRD	Jan-98	11.996	11.996	-	9.036	2.960	4.760
Novis / IPG	Maio-99	6.040.703	6.040.703	-	2.818.995	3.221.708	4.127.814
Optimus / Per-Mar	Dez-99	78.755	78.755	-	31.502	47.253	59.066
Sonae BV / Público	Abr-00	45.977.115	45.977.115	-	25.977.115	20.000.000	24.800.000
Harpa / Público.pt	Abr-00	450.015	450.015	-	450.015	-	348.759
Público / SIRS	Abr-00	116.510	116.510	-	43.690	72.820	180.588
Público / Harpa (b)	Abr-00	-	-	-	-	-	539
Sonaecom / Enabler	Jun-00	1.456.456	1.456.456	-	509.760	946.696	1.765.400
Novis / IPG	Jun-00	1.127.837	1.127.837	-	404.143	723.694	892.870
Sonae BV / Prodígio (b)	Jun-00	-	-	-	-	-	282.792
Sonaecom / Inv.Directo (Nota 7)	Dez-00	-	-	-	-	-	1.816.142
Miauger / Lotes	Dez-00	1.234.943	1.234.943	-	1.234.943	-	1.039.410
WeDo / Sidra	Jan-01	1.318.726	1.318.726	-	395.618	923.108	1.120.917
WeDo / Sidra	Jan-01	12.470	14.964	-	4.489	7.981	-
Novis / IPG (a)	Maio-01	399.038	399.038	-	106.410	292.628	352.484
Matrix / Douro	Maio-01	-	319.748	-	-	-	282.444
Matrix / Santo Bosque (b)	Maio-01	-	-	-	-	-	198.542
Douro / Santo Bosque (b)	Maio-01	-	-	-	-	-	9.015
Público / M3G	Jul-01	269.936	269.936	-	269.936	-	242.942
Sonae BV / Prodígio (b)	Jun-00	-	-	-	-	-	189.940
Novis / IPG (a)	Maio-02	399.038	399.038	-	66.506	332.532	392.387
Matrix / Miauger	Jul-02	249.732	249.732	-	249.732	-	-
Enabler / Enabler UK	Jul-03	374.738	374.738	-	18.737	356.001	-
Optimus / Situs	Out-03	10.988	10.988	-	275	10.713	-
Enabler / Enabler DE	Jan-04	71.647	-	-	-	71.647	-
Sonaetelecom BV / Retailbox	Fev-04	1.208.897	-	-	-	1.208.897	-
Novis / Noriema	Abr-04	2.092.375	-	-	-	2.092.375	-
Novis / Jaua	Abr-04	1.124.588	-	-	-	1.124.588	-
Enabler / Enabler UK	Abr-04	48.067	-	-	-	48.067	-
		64.074.570	59.851.238	-	32.590.902	31.483.668	26.940.588

SRD – Sonae Rede de Dados (actualmente Novis)

IPG – IP Global (empresa fundida na Novis)

(a) – Em 2001 e 2002 a Novis efectuou pagamentos adicionais, no âmbito do contrato de aquisição da IP Global, no montante de 399.038 Euros em cada um daqueles exercícios.

(b) – Empresas dissolvidas durante o exercício de 2003

7. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	2004			2003		
	Valor Bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 20)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor Líquido
Altitude Software BV	-	-	-	10.000.000	(10.000.000)	-
Investimento Directo	6.761.267	(2.000.000)	4.761.267	-	-	-
Despegar.com	2.539.227	(2.539.227)	-	2.539.229	(1.469.890)	1.069.339
Altitude, SGPS, SA	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	146.248	(146.248)	-	146.248	(146.248)	-
NP – Notícias Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, C.R.L.	7.482	-	7.482	7.482	-	7.482
Outros	2.494	-	2.494	15.335	-	15.335
Investimentos disponíveis para venda não correntes	10.654.062	(4.685.475)	5.968.587	13.905.638	(11.616.138)	2.289.500

Em Dezembro de 2003, foi celebrado um acordo de venda da participada Investimento Directo pelo que, a mesma foi excluída do perímetro de consolidação, e o investimento financeiro registado pelo seu valor de realização. Esta Sociedade, em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, apresenta um total de balanço de 11.534.669 Euros e 10.588.217 Euros, respectivamente. Os capitais próprios, naquelas datas, eram no montante de 9.767.773 Euros e 9.562.503 Euros (5.372.275 Euros e 5.259.378 Euros, após minoritários), incluindo um resultado líquido de 205.270 Euros e 39.327 Euros (112.899 Euros e 21.630 Euros, após minoritários). A concretização deste negócio foi já aprovada pelo Banco de Portugal e está agora dependente da autorização da redução do Capital Social da Sociedade, a qual se encontra pendente da decisão do Tribunal Competente, sendo entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que esta autorização será concedida e que a venda do investimento financeiro será concretizada nas condições assumidas no referido acordo.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Junho de 2004, as Outras dívidas de terceiros são relativas à alienação de imobilizado pela filial Optimus (Nota13) e têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
2005	970.733
2006	951.699
2007	933.038
2008	914.743
	<u>3.770.213</u>

9. Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos em 30 de Junho de 2004 e 2003, no montante de 76.906.024 Euros e 91.571.549 Euros, respectivamente, decorrem de diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos activos nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 foi como segue:

	2004	2003
Saldo inicial	84.626.227	94.549.225
Entrada de novas empresas	817.707	-
Efeito em resultados:		
Lucro tributável e diferenças temporárias na Optimus	(8.106.703)	(3.215.363)
Ajustamento à estimativa da matéria colectável da Optimus	1.479.394	(41.284)
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na Novis	1.141.372	-
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na Mainroad	295.660	-
Anulação por imparidade de activos por impostos diferidos reconhecidos em anos anteriores na Clixgest	(2.840.848)	-
Lucro tributável e diferenças temporárias na WeDo	(324.621)	244.914
Lucro tributável e diferenças temporárias no Público	(168.246)	145.240
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na Clixgest	-	97.679
Correcção à estimativa da matéria colectável da Clixgest	-	(177.812)
Outros	(7.183)	(18.824)
Sub-total (Nota 31)	(8.531.175)	(2.965.450)
Efeito em reservas:		
Outros	(6.735)	(12.226)
Saldo final	76.906.024	91.571.549

A 30 de Junho de 2004 e 2003 foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IAS, de que decorrem essencialmente impostos diferidos activos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais possam ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos diferidos activos foram de 27,5% e 33%, respectivamente.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam impostos diferidos activos, os prejuízos fiscais reportáveis em 30 de Junho de 2004 eram como segue:

	Optimus	We Do	Novis	Mainroad	KPN	Público	Total	Data limite de utilização
Gerados em 1999	26.034.073	-	4.389.749	-	-	-	30.423.822	2005
Gerados em 2000	4.906.216	-	52.672.299	-	-	-	57.578.515	2006
Gerados em 2001	27.155.919	1.501.723	81.152.856	-	2.962.880	1.164.016	113.941.394	2007
Gerados em 2002	37.153.620	3.405.534	71.576.002	-	-	2.635.200	114.770.356	2008
Gerados em 2003	17.110.125	-	23.463.749	158.292	-	525.909	41.258.075	2009
Gerados em 2004	-	-	5.628.003	830.342	-	-	6.458.345	2010
	<u>112.359.953</u>	<u>4.907.257</u>	<u>238.882.658</u>	<u>988.634</u>	<u>2.962.880</u>	<u>4.325.125</u>	<u>364.430.507</u>	

O Grupo possui ainda os seguintes montantes susceptíveis de gerar impostos diferidos activos não registados:

	<u>2004</u>
Prejuízos fiscais	100.693.522
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	15.101.581
Ajustamentos na conversão para IAS	16.805.950
Diferença temporária entre o valor dos activos contabilísticos e fiscais	8.582.739
	<u>141.183.792</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2000, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

10. Outros activos não correntes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 esta rubrica era composta, essencialmente, por empréstimos e adiantamentos a empresas do grupo, como se segue:

	2004			2003		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 20)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:						
Portais Verticais	-	-	-	5.379.285	(1.121.000)	4.258.285
Rádio Nova	118.500	-	118.500	-	-	-
Net Mall, SGPS	839.140	-	839.140	-	-	-
	957.640	-	957.640	5.379.285	(1.121.000)	4.258.285
Outros empréstimos concedidos:						
Altitude Software, BV	-	-	-	46.239	(46.239)	-
S.E.S.I.	24.316	(24.316)	-	24.316	(24.316)	-
	24.316	(24.316)	-	70.555	(70.555)	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Outros:						
Encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos	16.024.540	-	16.024.540	3.626.826	-	3.626.826
Stock options (Notas 1.w) e 36)	3.664.290	-	3.664.290	-	-	-
Maxistar – Comunicações Pessoais, S.A.	1.550.000	-	1.550.000	-	-	-
Outros activos não correntes	-	-	-	539.658	-	539.658
	21.238.830	-	21.238.830	4.166.484	-	4.166.484
	22.220.786	(24.316)	22.196.470	11.116.324	(1.191.555)	9.924.769

Os empréstimos concedidos encontram-se registados ao seu justo valor.

As associadas Net Mall e Rádio Nova/SIRS estão incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. Dado que a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados é superior ao valor pelo qual o investimento se encontra registado e o Grupo assumiu compromissos relativamente a estas associadas, registou uma provisão para riscos e encargos.

Os “Encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos” (essencialmente, comissões de montagem, serviços jurídicos e consultoria) dizem respeito a garantias e a encargos incorridos com a obtenção de financiamentos bancários (Notas 14 e 18), os quais são reconhecidos linearmente durante o período de vigência daqueles financiamentos.

O montante de 1.550.000 Euros diz respeito a uma indemnização a receber da Maxistar – Comunicações, S.A., decretada em sentença de um tribunal arbitral (Nota 37).

11. Existências

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.061.945	1.059.415
Mercadorias	15.857.769	16.194.653
	16.919.714	17.254.068
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 20)	(5.842.358)	(7.572.457)
	11.077.356	9.681.611

O custo das vendas nos semestres findos a 30 de Junho de 2004 e 2003 ascendeu a 49.276.456 Euros e 41.128.499 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	2004	2003
Existências iniciais	13.202.422	24.601.920
Entrada de novas empresas	105.932	-
Compras	53.971.310	39.164.249
Regularizações de existências	(1.083.494)	(5.383.602)
Existências finais	(16.919.714)	(17.254.068)
	49.276.456	41.128.499

Os montantes inscritos nas rubricas de “Regularização de existências”, em 30 de Junho de 2004 e 2003, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de “Existências” para a rubrica de “Imobilizado”, ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes pela filial Optimus.

12. Clientes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Clientes correntes:		
Rede móvel	104.095.984	122.849.180
Rede fixa	13.802.202	22.596.315
Sistemas de informação	17.917.538	6.187.318
Multimédia e internet	6.672.275	7.233.822
	142.487.999	158.866.635
Clientes, conta letras	30.799	30.799
Clientes de cobrança duvidosa	65.200.145	61.821.509
	207.718.943	220.718.943
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 20)	(65.200.145)	(61.821.509)
	142.518.798	158.897.434

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

13. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Outros devedores	11.984.322	7.231.392
Estado e outros entes públicos	32.005.593	2.101.569
Adiantamentos a fornecedores	2.133.152	409.093
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 20)	(124.571)	-
	<u>45.998.496</u>	<u>9.742.054</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Outros devedores” refere-se essencialmente a valores a receber pelas filiais Optimus, no montante de 8.741.758 Euros (dos quais 5.520.000 são relativos à parcela de curto prazo referentes à alienação de imobilizado referida na Nota 8) e 3.506.809 Euros, respectivamente, e Novis no montante de 1.048.054 Euros e 1.201.031 Euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2004, a rubrica “Estado e outros entes públicos” inclui cerca de 27.990.000 Euros de IVA a receber pela filial Optimus Towering.

14. Outros activos correntes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	22.265.070	23.247.965
Facturação a emitir a operadores nacionais	17.559.011	13.940.946
Facturação a emitir a operadores internacionais	5.251.040	2.088.548
Rendas pagas antecipadamente	5.415.014	5.755.834
Stock options (Notas 1.w) e 36)	3.268.508	-
Encargos com financiamentos – parcela de curto prazo	2.114.138	567.403
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	2.358.130	1.224.593
Descontos de quantidade a receber	849.275	108.196
Contratos de manutenção pagos antecipadamente	186.430	313.998
Obras e participações efectuadas em lojas de agentes	-	4.299.585
Outros custos pagos antecipadamente	5.206.731	6.057.913
Outros acréscimos de proveitos	2.497.330	3.197.264
	<u>66.970.677</u>	<u>60.802.245</u>

15. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2004	2003
Numerário	249.980	141.129
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.663.563	11.387.442
Aplicações de tesouraria	77.830.308	82.591.875
Caixa e equivalentes de caixa	88.743.851	94.120.446
Descobertos bancários (Nota 22)	(2.578.643)	(5.534.156)
	<u>86.165.208</u>	<u>88.586.290</u>

A rubrica de “Aplicações de tesouraria”, no montante de 77.830.308 Euros em 30 de Junho de 2004 inclui, operações financeiras de cedências de fundos de curto prazo pela Sonaecom à Sonae, no montante de 42.015.004 Euros, bem como as aplicações bancárias de curto prazo das filiais Optimus (32.930.000 Euros), Público (1.000.000 Euros), Enabler (590.518 Euros), We Do Brasil (544.786 Euros) e Mainroad (400.000 Euros). As operações concedidas à Sonae são reembolsáveis logo que solicitado, vencendo juros a taxas de mercado (Nota 30).

16. Capital social

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, o capital da Sonaecom estava representado por 226.250.000 acções ordinárias escriturais, ao portador, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2004		2003	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonae Investments BV	147.220.875	65,07%	148.250.000	65,52%
Sonae	39.367.500	17,40%	39.063.998	17,27%
Acções dispersas em Bolsa	39.661.625	17,53%	38.936.002	17,21%
	<u>226.250.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>226.250.000</u>	<u>100,00%</u>

17. Interesses minoritários

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, os interesses minoritários tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Optimus	152.147.525	134.275.678
Novis	10.883.964	12.485.382
Situs	4.230.335	-
Mainroad	3.010.169	-
Enabler	1.916.546	1.363.872
Retailbox	1.274.451	540.752
Digitmarket	507.726	(784.278)
Enabler DE	107.938	-
Investimento Directo (Nota 7)	-	4.237.921
Noriema	(1.593.564)	-
Jaua	(854.013)	-
Clix	(606.279)	4.568.336
KPN	(70.610)	-
Outros	266.635	1.596.084
	<u>171.112.886</u>	<u>158.283.747</u>

18. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

Empresa	Entidade financiadora	2004			2003		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Curto prazo	Médio e longo prazo		Curto prazo	Médio e longo prazo
Optimus	Banco Europeu de Investimento	324.458.200	-	224.458.200	249.398.000	37.409.700	187.048.500
Optimus	Financiamento a prazo fixo	175.541.800	-	175.541.800	124.700.000	18.705.000	93.525.000
Optimus	Financiamento em sistema de conta corrente	75.000.000	-	-	25.902.000	5.000.000	-
		<u>575.000.000</u>	<u>-</u>	<u>400.000.000</u>	<u>400.000.000</u>	<u>61.114.700</u>	<u>280.573.500</u>

Financiamento Sindicado

Para efeitos dos fundos utilizados ao abrigo da tranche relativa ao Banco Europeu de Investimento, os bancos participantes no sindicato de médio e longo prazo asseguram a emissão das garantias bancárias requeridas, como habitualmente, por aquela instituição.

A taxa de juro está indexada à Euribor do prazo escolhido pela Optimus (actualmente 3 meses) e é função da performance financeira da mesma, nomeadamente em relação ao rácio de “Debt to EBITDA” (relação entre o montante de endividamento da empresa e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações, e antes do efeito das capitalizações

e diferimentos de custos, bem como do reconhecimento no exercício dos custos diferidos anteriormente).

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento de longo prazo (com excepção da tranche de financiamento em sistema de conta corrente que apenas será reembolsável em Junho de 2011) serão reembolsados em onze amortizações semestrais crescentes, com início em 15 de Junho de 2006. Nestes termos, a totalidade do endividamento externo da Optimus está actualmente classificado como passivo a médio e longo prazo. Em 30 de Junho de 2003 existiam, aproximadamente, 61.114.700 Euros de empréstimos reembolsáveis no curto prazo.

Os covenants acordados com o sindicato bancário são semelhantes aos negociados para este tipo de financiamento de longo prazo e incluem, nomeadamente, restrições à venda e oneração de activos e à contratação de financiamentos adicionais.

Tal como já previsto no anterior contrato de financiamento, o cumprimento das obrigações deste empréstimo foi garantido por todos os accionistas da Optimus com uma parte das suas acções (Nota 33).

Em 30 de Junho de 2004, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
2005	-
2006	30.000.000
2007	48.000.000
2008	54.000.000
2009	90.000.000
2010	114.000.000
2011	64.000.000
	400.000.000

Em 30 de Junho de 2004, o montante de empréstimos bancários de longo prazo a serem reembolsados a mais de 5 anos ascendia a 228.000.000 Euros.

Novo Contrato de Financiamento com o Banco Europeu de Investimento

Em 19 de Dezembro de 2003, a Optimus assinou um segundo contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de Euro 100 milhões, destinado a co-financiar os futuros investimentos em GPRS e UMTS previstos para o período 2004-2005. Este financiamento substituirá parte da tranche de financiamento a prazo fixo - Term Loan - contratada com o sindicato bancário em Julho de 2003, mantendo-se, assim, em Euro 575 milhões a totalidade das linhas de crédito de médio e longo prazo contratadas.

A 30 de Junho de 2004, os empréstimos obtidos no âmbito deste contrato, encontram-se ainda totalmente por utilizar.

A assinatura deste financiamento adicional com o Banco Europeu de Investimento permitirá a redução do custo global da dívida. As condições negociadas com o BEI seguem de muito perto as condições previstas no contrato assinado com o sindicato bancário em Julho de 2003, nomeadamente quanto ao plano de reembolso e covenants.

Risco de Taxa de Juro

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxa de juro considerados relevantes. Para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro na empresa, as seguintes regras são utilizadas na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura:

Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a determinada transacção, as datas de fixação de taxas de juro e as respectivas datas de liquidação deverão ser exactamente as mesmas do financiamento / transacção objecto da cobertura;

Equivalência perfeita entre as taxas base: a taxa base utilizada no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser exactamente a mesma que a aplicável ao financiamento / transacção que está a ser coberta;

Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

A totalidade do endividamento da Empresa encontra-se actualmente a taxas variáveis e, como tal, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados das taxas variáveis originais para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Optimus acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados (trimestralmente), da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

A Optimus definiu como política a manutenção de aproximadamente 50% do seu endividamento a taxas fixas e/ou a taxas máximas pré-determinadas. A 30 de Junho de 2004, cerca de 54% da dívida existente encontra-se coberta com aquele tipo de instrumentos, num montante total de Euro 215 milhões. As taxas fixas e máximas negociadas em 2003, determinadas por aquelas coberturas, variam entre 2,63% e 3,68%, sendo a maturidade média destas transacções de, aproximadamente, 21 meses.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa apenas contratar estes instrumentos com entidades bancárias que formem parte da sua operação de financiamento de médio e longo prazo.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura (Nota 22), a Empresa utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumento específico ou semelhante, são utilizadas como referencial de avaliação. Quando o justo valor indicado pela instituição financeira é inferior ao valor obtido pelos métodos de cálculo utilizados pela Empresa, aquele valor é considerado na valorização do instrumento.

A Optimus documenta desde o início das transacções a relação entre o instrumento de cobertura e as respectivas transacções cobertas, bem como os objectivos da gestão de risco de taxa de juro e as políticas que determinam as várias transacções de cobertura. Actualmente, todas as transacções de cobertura estão relacionadas com o seu endividamento a médio e longo prazo contratado em Julho de 2003, nomeadamente às tranches de financiamento a prazo fixo e à tranche de financiamento do Banco Europeu de Investimento. A Optimus avalia, quer no momento de contratação quer numa base regular, a eficácia das transacções de cobertura na protecção contra as variações dos fluxos de caixa objecto de cobertura.

Os empréstimos bancários vencem juros a taxas normais de mercado e encontram-se todos denominados em Euros.

19. Outros credores não correntes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003 esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado cujo vencimento é superior a um ano e empréstimos de accionistas minoritários a algumas subsidiárias, como se segue:

	2004	2003
Fornecedores de imobilizado	2.225.641	4.286.175
Clix (France Telecom)	1.852.421	823.333
Novis (France Telecom)	-	6.252.267
Digitmarket (AITEC)	-	1.432.958
	<u>4.078.062</u>	<u>12.794.733</u>

Em 30 de Junho de 2004, as dívidas a fornecedores de imobilizado classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
2005	1.266.979
2006	958.662
	<u>2.225.641</u>

20. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante o período findo em 30 de Junho de 2004 foi o seguinte:

Rubricas	2004						Saldo final
	Saldo inicial	Entrada de empresas no consolidado	Saída de empresas do consolidado	Reforço	Utilização	Redução	
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 12 e 13)	61.253.109	814.221	(121.731)	7.096.850	(3.717.733)	-	65.324.716
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	4.923.719	21.000	-	1.804.117	(906.478)	-	5.842.358
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 7)	14.685.477	-	-	-	(10.000.002)	-	4.685.475
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 10)	70.555	-	-	-	(46.239)	-	24.316
Provisões para riscos e encargos	3.741.092	213.000	-	1.627.400	(574.716)	-	5.006.776
	<u>84.673.952</u>	<u>1.048.221</u>	<u>(121.731)</u>	<u>10.528.367</u>	<u>(15.245.167)</u>	<u>-</u>	<u>80.837.403</u>

A utilização de 10.000.002 Euros ocorrida na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda” resultou do abate efectuado à participação na Altitude Software BV.

A utilização das Provisões para outros riscos e encargos refere-se, essencialmente, à reclassificação para “Outros passivos correntes e não correntes” da provisão para os planos de “stock options”.

21. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, no montante de 8.745.401 Euros, corresponde ao saldo a médio e longo prazo relativo ao plano de “stock options” do Grupo.

22. Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Entidade financiadora	2004	2003
Empréstimos bancários:			
<u>Financiamento intercalar da licença UMTS</u>			
Optimus	BCP	-	5.000.000
Optimus	CGD	-	30.000.000
Optimus	BBVA	-	25.000.000
<u>Linhas de crédito de apoio à tesouraria:</u>			
Optimus	CGD	-	4.130.000
Optimus	BCP	-	2.279.000
Novis	CGD	22.200.000	24.930.000
Novis	BCP	739.194	24.848.000
		<u>22.939.194</u>	<u>116.187.000</u>
Outros empréstimos:			
Optimus – Justo valor do Swap (Nota 18)		<u>552.679</u>	<u>-</u>
Descobertos bancários (Nota 15)			
	Vários	2.578.643	5.534.156
		<u>26.070.516</u>	<u>121.721.156</u>

Os empréstimos bancários têm o seu vencimento no curto prazo, são remunerados a taxas normais de mercado e foram todos contraídos em Euros.

23. Fornecedores

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Fornecedores, conta corrente	84.604.906	111.863.069
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	2.985.472	321.522
Fornecedores de imobilizado	62.028.740	20.487.466
	<u>149.619.118</u>	<u>132.672.057</u>

A rubrica “Fornecedores de Imobilizado” inclui um montante de 40.639.651 Euros, que em 31 de Dezembro de 2003 estava classificado como dívida a pagar a mais de um ano.

24. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Estado e outros entes públicos	21.172.350	14.711.889
Outros credores	5.008.913	4.961.711
	<u>26.181.263</u>	<u>19.673.600</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Estado e outros entes públicos” refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre valor acrescentado, Imposto sobre Rendimento Colectivo, Taxa Social Única) das filiais Optimus (12.103.159 Euros e 8.449.548 Euros), Enabler (2.149.610 Euros e 1.630.311 Euros), We Do (1.033.259 Euros e 1.401.963 Euros), Público (1.029.417 Euros) e Novis (1.174.188 Euros e 1.288.669 Euros).

25. Outros passivos correntes

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Custos a pagar:		
Facturação a emitir por operadores	38.959.502	24.834.317
Custos com o pessoal	19.790.766	19.356.063
Comissões	9.088.920	12.816.601
Trabalhos especializados	6.872.867	5.830.092
Outros fornecimentos e serviços externos	4.848.069	2.409.461
Publicidade e propaganda	4.534.802	4.139.270
Encargos financeiros a pagar	2.275.042	3.311.683
Stock Options (Nota 36)	2.475.901	1.857.522
Conservação e reparação	1.820.069	1.474.960
Descontos de quantidade	32.071	552.473
Outros custos a pagar	5.940.654	4.825.021
	<u>96.638.663</u>	<u>81.407.463</u>
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	19.949.297	23.892.278
Outros proveitos diferidos	1.640.052	545.642
	<u>21.589.349</u>	<u>24.437.920</u>
	<u>118.228.012</u>	<u>105.845.383</u>

26. Vendas e prestações de serviços

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Rede móvel	303.790.962	289.590.555
Rede fixa	50.489.619	39.809.214
Multimédia e Internet	44.681.286	44.371.192
Sistemas de Informação	28.648.094	27.457.166
Outros	1.332.136	594.003
	<u>428.942.097</u>	<u>394.289.257</u>

27. Outros proveitos operacionais

Em 30 de Junho 2004 e 2003, a rubrica “Outros proveitos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Proveitos suplementares	3.271.568	3.059.668
Lucros em operações financeiras	-	2.606.161
Subsídios à exploração	-	57.647
	<u>3.271.568</u>	<u>5.723.476</u>

A rubrica “Lucros em operações financeiras” em 2003 diz respeito aos proveitos resultantes da actividade financeira (corretagem) da participada Investimento Directo (Nota 7), excluída da consolidação.

A rubrica “Proveitos suplementares” inclui essencialmente, despesas com infraestruturas de telecomunicações partilhadas pela Novis, as quais são registadas num primeiro momento como custo e posteriormente facturadas aos respectivos operadores parceiros, e ainda proveitos relacionados com a cedência de direitos de utilização de software por parte da Optimus.

28. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Custos de interligação	107.166.503	87.100.981
Aluguer de circuitos	20.002.977	21.541.028
Comissões	23.836.392	23.859.843
Publicidade e propaganda	15.209.666	16.696.968
Outros	55.715.532	76.206.045
	<u>221.931.070</u>	<u>225.404.865</u>

A rubrica de Outros inclui, essencialmente, trabalhos especializados, rendas e alugueres, produtos associados ao jornal, consultoria e conservação e reparação.

29. Outros custos operacionais

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Outros custos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Impostos e taxas	5.781.652	6.136.760
Prejuízos em operações financeiras	-	2.672.678
Perdas de imparidade em imobilizações incorpóreas	-	434.530
Outros	819.276	884.882
	<u>6.600.928</u>	<u>10.128.850</u>

A rubrica “Impostos” em 30 de Junho de 2004 e 2003 inclui essencialmente as taxas pagas pela subsidiária Optimus à ANACOM associadas ao número de clientes activos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM.

A rubrica “Prejuízos em operações financeiras” diz respeito aos custos resultantes da actividade financeira (corretagem) da participada Investimento Directo (Nota 7), excluída da consolidação desde Dezembro de 2003.

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Resultados financeiros relativos a empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	(64.187)	-
Ganhos relativos a empresas associadas	-	80.619
	<u>(64.187)</u>	<u>80.619</u>
Outros resultados financeiros:		
Juros suportados	(7.371.716)	(7.533.964)
Juros obtidos	1.397.894	1.688.586
Perdas de imparidade em investimentos disponíveis para venda e outros activos não correntes	-	(1.350.874)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(151.283)	(1.280.672)
Diferenças de câmbio favoráveis	183.829	1.048.210
Outros custos e perdas financeiras	(4.802.629)	(1.793.900)
	<u>(10.743.905)</u>	<u>(9.222.614)</u>

O valor de “Perdas relativas a empresas associadas” no período findo em 30 de Junho de 2004 decorre da dissolução/ alienação das participações na Contacto Útil e na Retailbox (Notas 3 e 4).

Os “Juros obtidos” incluem 664.815 Euros (1.133.443 Euros em 2003) referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae (Nota 15).

As rubricas de Diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis resultam, principalmente, das variações nas taxas de câmbio do SDR (“Special Drawing Rights”), usado nas transacções entre a Optimus e outros operadores.

A rubrica “Outros custos e perdas financeiras” inclui, essencialmente o reconhecimento de comissões e outros custos relacionados com o financiamento referido na Nota 18.

31. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 são como segue ((custos)/proveitos):

	2004	2003
Imposto corrente	(1.083.923)	(884.388)
Imposto diferido (Nota 9)	(8.531.175)	(2.965.450)
	<u>(9.615.098)</u>	<u>(3.849.838)</u>

32. Partes relacionadas

Durante o semestre findo a 30 de Junho de 2004, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam essencialmente à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria) bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuadas com entidades relacionadas durante o primeiro semestre de 2004 foram os seguintes:

Saldos:	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Empréstimos obtidos
Sonae	7.598	(48.926)	42.015.004	-
Sonae Investments BV	-	(10.689.137)	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.517.214	(737.746)	-	-
France Telecom	474.979	(423.407)	-	(1.852.421)
	<u>1.999.791</u>	<u>(11.899.216)</u>	<u>42.015.004</u>	<u>(1.852.421)</u>

Transacções:	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros debitados	Juros suportados
Sonae	(34.361)	102.385	664.815	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	(2.125.860)	297.936	-	-
France Telecom	(2.555.131)	5.855.196	-	33.563
	<u>(4.715.352)</u>	<u>6.255.517</u>	<u>664.815</u>	<u>33.563</u>

33. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2004 e 2003, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2004	2003
Banco Europeu de Investimento	Financiamento	224.458.200	249.398.000
ABN AMRO Bank, NV, BCP Investimento e Banco Europeu de Investimento	Penhor de 66,67% (51% em 2003) das acções da Optimus para garantia de um financiamento desta participada (Nota 18)	130.361.725	85.431.419
ANACOM (a)	Licença UMTS	2.493.989	2.493.989
Hewlett Packard	Contratos de Locação Financeira e de prestação de serviços nas filiais Optimus e Novis	1.344.524	1.491.630
ANACOM (a)	Licença Rede Fixa	648.437	648.437
Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios da filial Novis, Clix, Público e Optimus	235.109	-
Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº3190/98	209.495	209.495
Câmara Municipal de Lisboa	Boa execução de trabalhos a realizar no município de Lisboa	195.363	-
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA, exclusivamente das filiais Douro e Myplace.	43.833	551.508
Prisvideo	Contrato DVD's	-	300.000
Lisgráfica (b)	Acções dos processos nºs 3768A e 820/95	-	131.254
Outros		539.687	740.901
		<u>360.801.873</u>	<u>341.668.144</u>

(a) Autoridade Nacional de Comunicações (anteriormente ICP – Instituto de Comunicações de Portugal)

34. Informação por segmentos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Rede Móvel
- Rede Fixa
- Multimédia e Internet
- Sistemas de informação

As restantes actividades do grupo e os serviços corporativos encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Junho de 2004 e 2003 é como segue:

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

INFORMAÇÃO SEGMENTAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	Rede Móvel		Rede Fixa		Multimédia e Internet		Sistemas de Informação		Outros		Total	
	Junho 2004	Junho 2003	Junho 2004	Junho 2003	Junho 2004	Junho 2003	Junho 2004	Junho 2003	Junho 2004	Junho 2003	Junho 2004	Junho 2003
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	303.790.962	289.590.555	50.489.619	32.276.341	44.681.286	44.371.192	28.648.094	27.457.166	1.332.136	594.003	428.942.097	394.289.257
Outros proveitos operacionais	1.418.202	914.397	534.479	510.525	149.454	461.065	733.253	579.657	436.180	3.257.831	3.271.568	5.723.476
Total de proveitos	<u>305.209.164</u>	<u>290.504.952</u>	<u>51.024.098</u>	<u>32.786.866</u>	<u>44.830.740</u>	<u>44.832.257</u>	<u>29.381.347</u>	<u>28.036.823</u>	<u>1.768.316</u>	<u>3.851.834</u>	<u>432.213.665</u>	<u>400.012.733</u>
Resultado operacional do segmento	40.031.282	17.871.040	(3.533.371)	(12.259.887)	(486.638)	(1.446.478)	241.403	1.075.625	(1.272.207)	(6.419.158)	34.980.469	(1.178.857)
Juros líquidos	(6.155.547)	(5.257.816)	(502.111)	(932.466)	(38.996)	(46.297)	45.626	165.671	677.206	1.274.589	(5.973.822)	(4.796.319)
Outros resultados financeiros	(4.713.515)	(2.833.702)	(119.591)	(293.939)	41.694	42.603	(2.371)	(290.442)	(40.487)	(970.196)	(4.834.270)	(4.345.677)
Impostos sobre o rendimento	(6.730.995)	(3.256.647)	1.115.759	(29.910)	(3.011.681)	64.171	(980.399)	(620.838)	(7.782)	(6.613)	(9.615.098)	(3.849.838)
Interesses minoritários	(12.090.727)	(3.737.928)	1.803.914	6.527.635	2.009.212	503.524	(192.206)	(316.211)	59.698	42.319	(8.410.110)	3.019.338
Resultado líquido do período	<u>10.340.498</u>	<u>2.784.946</u>	<u>(1.235.400)</u>	<u>(6.988.567)</u>	<u>(1.486.409)</u>	<u>(882.477)</u>	<u>(887.947)</u>	<u>13.804</u>	<u>(583.572)</u>	<u>(6.079.059)</u>	<u>6.147.169</u>	<u>(11.151.353)</u>
Activos:												
Imobilizado	574.144.224	584.914.867	65.671.486	70.684.934	7.525.200	9.367.021	9.619.405	12.701.204	32.676.430	32.601.568	689.636.748	710.269.595
Existências	9.626.342	8.461.375	127.765	38.799	1.323.249	1.118.437	-	-	-	-	11.077.356	9.618.611
Investimentos financeiros	-	75.000	-	-	984.514	932.632	2.495	12.500	5.642.764	7.842.956	6.629.772	8.863.088
Outros activos do segmento	322.232.137	249.263.123	28.570.228	27.811.042	21.000.814	22.204.891	24.721.479	22.659.041	50.579.871	97.362.238	447.104.528	419.363.212
	<u>906.002.703</u>	<u>842.714.365</u>	<u>94.369.479</u>	<u>98.534.775</u>	<u>30.833.777</u>	<u>33.622.981</u>	<u>34.343.379</u>	<u>35.372.745</u>	<u>88.899.065</u>	<u>137.806.762</u>	<u>1.154.448.405</u>	<u>1.148.114.506</u>
Passivos:												
Passivos do segmento (excluindo interesses minoritários)	625.854.062	593.151.422	55.768.303	89.551.620	24.942.126	21.191.446	26.191.731	31.676.587	5.172.926	7.994.923	737.929.148	743.565.998
	<u>625.854.062</u>	<u>593.151.422</u>	<u>55.768.303</u>	<u>89.551.620</u>	<u>24.942.126</u>	<u>21.191.446</u>	<u>26.191.731</u>	<u>31.676.587</u>	<u>5.172.926</u>	<u>7.994.923</u>	<u>737.929.148</u>	<u>743.565.998</u>

35. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período pelo número médio de acções existente durante os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003.

36. Planos de Acções e Stock Options

No início do ano 2001, a Empresa implementou um plano de “stock options”, o qual tem como beneficiários determinados colaboradores do Grupo SONAE.COM. De acordo com esse plano, a esses colaboradores é atribuído anual e gratuitamente um número de opções de compra de acções da Empresa. As opções, que se subdividem em “Plano IPO” e “Plano Regular”, podem ser exercidas durante o período de um ano, que se inicia, respectivamente, dois e três anos após as datas de referência da sua atribuição. As datas de referência da atribuição do “Plano IPO” e do primeiro, segundo, terceiro e quarto anos do “Plano Regular” foram 2 de Junho de 2000, 31 de Março de 2001, 31 de Março de 2002, 31 de Março de 2003 e 31 de Março de 2004 respectivamente. O preço de exercício para as opções concedidas no âmbito do “Plano IPO” é o preço da Oferta Pública (10 Euros). O preço de exercício das opções concedidas no âmbito do “Plano Regular” é o preço médio de transacção das acções na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, durante o mês precedente à data da atribuição da opção. Os beneficiários dos três primeiros Planos Regulares têm a possibilidade de optar por receber opções ou, alternativamente, um determinado número de acções, de valor equivalente ao das opções. No quarto “Plano Regular” os colaboradores têm a possibilidade de receberem acções. A elegibilidade depende do nível de responsabilidade e o valor das opções ou acções atribuídas (valorizado utilizando a fórmula de Black and Scholes) será função da remuneração total individual, ajustada à performance, medida de acordo com a metodologia corrente da subsidiária. O “Plano IPO” atingiu em 1 de Junho de 2003 a sua maturidade, não tendo sido exercida nenhuma das opções concedidas. O primeiro ano do “Plano Regular” atingiu a sua maturidade em 1 de Abril de 2004, não tendo sido exercida nenhuma das opções concedidas e tendo sido entregues 293.179 acções, aos colaboradores que optaram por acções. O número de acções comprometidas em cada um dos planos regulares de opções ascende a 601.640, e 2.056.950, para os Planos Regulares atribuídos em 2002 e 2003, respectivamente. O número de acções comprometidas correspondentes ao plano alternativo de atribuição de acções, ascende a 835.494, 1.369.460 e 1.311.402, para os Planos Regulares atribuídos em 2002, 2003 e 2004, respectivamente. Os termos do plano podem vir a ser ajustados, no futuro, para reflectir alterações na política de remuneração e/ou na posição financeira da Empresa e suas subsidiárias.

As responsabilidades derivadas dos planos de “stock options” e outros incentivos a colaboradores, abrangidas por um contrato de “hedging” celebrado em Dezembro de 2003, e cujo valor total se encontra registado nas rubricas de “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados na demonstração de resultados nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na Empresa. A parcela referente ao período ainda não decorrido é registada nas rubricas de “Outros activos não corrente” e “Outros activos correntes”.

O valor total que corresponde à Empresa nas responsabilidades e encargos associados aos compromissos descritos acima, ascende, em 30 de Junho de 2004, a 10.689.137 Euros, e está reflectido, no balanço, nas rubricas de Outros passivos não correntes (8.745.401 Euros) (Nota 21) e Outros passivos correntes (2.475.901 Euros) (Nota 25).

As demonstrações financeiras da empresa incluem ainda 6.932.798 Euros, nas rubricas Outros activos não correntes (3.664.290 Euros) (Nota 10) e Outros activos correntes (3.268.508 Euros) (Nota 14) e 198.864 Euros em Provisões e perdas de imparidade do exercício, relacionados com estes encargos.

37. Outros Assuntos

(i) Em 31 de Dezembro de 2003, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de Euro 37.101.955 e Euro 29.913.608, respectivamente, assim como saldos de “Outros activos correntes” no valor de Euro 411.649, e de “Outros passivos correntes” no valor de Euro 6.856.200, que resultam de um diferendo mantido com a TMN - Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Encontra-se julgamento marcado para o final de 2004.

(ii) Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar - Comunicações Pessoais, S.A., (“Maxistar”) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do Acordo Parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral que apreciou o diferendo entre a Sonaecom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de 2.344.350 Euros, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Administração da Sonaecom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito.

A Maxistar recorreu da decisão do Tribunal Arbitral, mas tendo em conta as reduzidas hipóteses de recursos dessa natureza, a Administração não espera que o mesmo seja admitido.

38. Compromissos com a Sociedade de Informação

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação, num montante máximo de 275 milhões de Euros. Muito embora se tenham alterado profundamente as circunstâncias em que os referidos compromissos foram assumidos, a Optimus já realizou investimentos significativos na área em referência, sendo entendimento do Conselho de Administração da Optimus que, em 30 de Junho de 2004, não existem quaisquer responsabilidades não registadas decorrentes daquelas obrigações.

39. Remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da Sonaecom, nas empresas incluídas na consolidação, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, ascenderam a 1.178.345 Euros e 770.975 Euros, respectivamente, valores calculados numa base de caixa para a remuneração fixa e numa base de acréscimo para a remuneração variável (prémio de desempenho e planos de acções).

40. Trabalhadores ao serviço

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.470 e 2.536, respectivamente.

41. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de Julho de 2004.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(FORMATO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE)

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Junho 2004			Junho 2003
	AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	151.986.520	115.526.454	36.460.066	43.410.929
Diferenças de consolidação	31.483.668	-	31.483.668	30.396.602
Imobilizações em curso	157.190.130	-	157.190.130	128.308.424
	340.660.318	115.526.454	225.133.864	202.115.955
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	1.391.593	-	1.391.593	480.093
Edifícios e outras construções	160.144.078	63.233.249	96.910.829	101.869.805
Equipamento básico	563.668.916	274.762.066	288.906.850	339.860.508
Equipamento de transporte	149.022	117.808	31.214	30.316
Ferramentas e utensílios	1.201.102	1.101.122	99.980	167.366
Equipamento administrativo	107.711.922	57.805.098	49.906.824	45.122.026
Outras imobilizações corpóreas	2.729.196	1.580.514	1.148.682	1.057.490
Imobilizações em curso	26.106.912	-	26.106.912	19.566.036
	863.102.741	398.599.857	464.502.884	508.153.640
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	6.761.267	2.000.000	4.761.267	-
Partes de capital em empresas associadas	661.185	-	661.185	815.303
Empréstimos a empresas associadas	957.640	-	957.640	4.258.285
Títulos e outras aplicações financeiras	3.892.795	2.685.475	1.207.320	2.289.500
Outros empréstimos concedidos	24.316	24.316	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	1.500.000
	12.297.203	4.709.791	7.587.412	8.863.088
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.061.945	-	1.061.945	1.059.415
Mercadorias	15.857.769	5.842.358	10.015.411	8.622.196
	16.919.714	5.842.358	11.077.356	9.681.611
Dívidas de terceiros – curto prazo				
Clientes, c/c	142.487.999	-	142.487.999	158.866.635
Clientes - títulos a receber	30.799	-	30.799	30.799
Clientes de cobrança duvidosa	65.200.145	65.200.145	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.133.152	-	2.133.152	409.093
Estado e outros entes públicos	32.005.593	-	32.005.593	2.101.569
Outros devedores	15.754.535	124.571	15.629.964	7.231.392
	257.612.223	65.324.716	192.287.507	168.639.488
Títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	77.830.308	-	77.830.308	82.591.875
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	10.663.563	-	10.663.563	11.387.442
Caixa	249.980	-	249.980	141.129
	10.913.543	-	10.913.543	11.528.571
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	49.971.726	-	49.971.726	42.582.919
Custos diferidos	38.237.781	-	38.237.781	22.385.810
Activos por impostos diferidos	76.906.024	-	76.906.024	91.571.549
	165.115.531	-	165.115.531	156.540.278
Total de Amortizações		514.126.311		
Total de Provisões		75.876.865		
Total do Activo	1.744.451.581	590.003.176	1.154.448.405	1.148.114.506

Estas demonstrações financeiras respeitam integralmente o formato constante do Plano Oficial de Contabilidade, mas o Conselho de Administração considera que as demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") dão uma imagem mais verdadeira e apropriada da actividade da sociedade e suas filiais, motivo pelo que as apresentou.

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003

(FORMATO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE)

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Junho 2004	Junho 2003
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	226.250.000	226.250.000
Prémios de emissão de acções	335.819.540	335.819.541
Reservas legais	114.360	114.360
Outras reservas	(322.924.698)	(304.767.787)
Resultado consolidado líquido do semestre	6.147.169	(11.151.353)
Total do Capital Próprio	245.406.371	246.264.761
Interesses minoritários	171.112.886	158.283.747
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos		
Outras provisões para riscos e encargos	5.006.776	9.170.869
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito	400.000.000	280.573.500
Fornecedores de imobilizado, c/c	4.078.062	12.794.733
Outros credores	8.745.401	-
	412.823.463	293.368.233
Dívidas a terceiros - curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	26.070.516	182.835.856
Fornecedores, c/c	84.604.906	111.863.069
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	2.985.472	321.522
Adiantamentos de clientes	117.774	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	62.028.740	20.487.466
Estado e outros entes públicos	21.172.350	14.711.889
Outros credores	4.891.139	4.961.711
	201.870.897	335.181.513
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	96.638.663	81.407.463
Proveitos diferidos	21.589.349	24.437.920
	118.228.012	105.845.383
Total do Passivo	737.929.148	743.565.998
 Total do Capital Próprio, dos Interesses Minoritários e do Passivo	 1.154.448.405	 1.148.114.506

Estas demonstrações financeiras respeitam integralmente o formato constante do Plano Oficial de Contabilidade, mas o Conselho de Administração considera que as demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") dão uma imagem mais verdadeira e apropriada da actividade da sociedade e suas filiais, motivo pelo que as apresentou.

SONAFECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003
 (FORMATO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE)
 (Montantes expressos em Euros)

	Junho 2004		Junho 2003	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Mercadorias	46.957.282		38.746.575	
Matérias	<u>2.319.174</u>	49.276.456	<u>2.381.924</u>	41.128.499
Fornecimentos e serviços externos		221.931.070		225.404.865
Custos com o pessoal				
Remunerações	33.638.833		35.492.300	
Encargos sociais e outros	<u>12.544.576</u>	46.183.409	<u>11.137.208</u>	46.629.508
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	62.712.966		65.164.843	
Provisões	<u>10.528.367</u>	73.241.333	<u>12.735.025</u>	77.899.868
Impostos	5.781.652		6.136.760	
Outros custos operacionais	<u>819.276</u>	6.600.928	<u>3.992.090</u>	10.128.850
(a)		<u>397.233.196</u>		<u>401.191.590</u>
Perdas em empresas do grupo e associadas	64.187		-	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	-		-	
Juros e custos similares				
Outros	<u>12.325.628</u>	12.389.815	<u>12.142.448</u>	12.142.448
(c)		<u>409.623.011</u>		<u>413.334.038</u>
Custos e perdas extraordinárias		-		-
(e)		<u>409.623.011</u>		<u>413.334.038</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre/ exercício				
Imposto corrente	1.083.923		884.388	
Imposto diferido	<u>8.531.175</u>	9.615.098	<u>2.965.450</u>	3.849.838
(g)		<u>419.238.110</u>		417.183.876
Interesses minoritários		8.410.109		(3.019.338)
Resultado consolidado líquido do semestre		6.147.169		(11.151.353)
Total dos Custos e Perdas		<u>433.795.388</u>		<u>403.013.185</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas				
Mercadorias	30.341.199		29.621.684	
Produtos	19.929.406		18.280.727	
Prestação de serviços	<u>378.671.492</u>	428.942.097	<u>346.386.846</u>	394.289.257
Proveitos suplementares	3.271.568		3.059.668	
Subsídios à exploração	-		57.647	
Outros proveitos e ganhos operacionais	<u>-</u>	3.271.568	<u>2.606.161</u>	5.723.476
(b)		<u>432.213.665</u>		<u>400.012.733</u>
Ganhos em empresas do grupo e associadas	-		80.619	
Outros juros e proveitos similares				
Relativos a empresas do grupo	-		-	
Outros	<u>1.581.723</u>	1.581.723	<u>2.919.833</u>	3.000.452
(d)		<u>433.795.388</u>		<u>403.013.185</u>
Proveitos e ganhos extraordinários		-		-
(f)		<u>433.795.388</u>		<u>403.013.185</u>
Total dos Proveitos e Ganhos		<u>433.795.388</u>		<u>403.013.185</u>
Resultados operacionais: (b) - (a) =		<u>34.980.469</u>		<u>(1.178.857)</u>
Resultados financeiros: (d - b) - (c - a) =		<u>(10.808.092)</u>		<u>(9.141.996)</u>
Resultados correntes: (d) - (c) =		<u>24.172.377</u>		<u>(10.320.853)</u>
Resultados antes de impostos: (f) - (e) =		<u>24.172.377</u>		<u>(10.320.853)</u>
Resultado consolidado com os interesses minoritários do semestre: (f) - (g) =		<u>14.557.278</u>		<u>(14.170.691)</u>

Estas demonstrações financeiras respeitam integralmente o formato constante do Plano Oficial de Contabilidade, mas o Conselho de Administração considera que as demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") dão uma imagem mais verdadeira e apropriada da actividade da sociedade e suas filiais, motivo pelo que as apresentou.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 9º, Nº 1, ALÍNEA B) DO REGULAMENTO DA CMVM Nº 04/2004

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS TRANSACÇÕES DURANTE 2004

		Aquisições		Alienações		Saldo em 30.06.2004
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Sonae, SGPS, AS (4)						14.901
Sonaecom, SGPS, SA						75.537
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Sonae, SGPS, AS (4)						277.486
Sonaecom, SGPS, SA						278.967
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2004	14.092				
António Castelo Branco Borges						
Sonae, SGPS, AS (4)						2.593
Sonaecom, SGPS, SA						3.000
António José Santos Silva Casanova						
Sonae, SGPS, AS (4)						250.000
Sonaecom, SGPS, SA						68.968
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2004	8.638				
David Graham Shenton Bain						
Sonae, SGPS, AS (84)						3.518
Sonaecom, SGPS, SA						15.000
Alienação	04.03.2004			15.340	3,41	
George Christopher Lawrie						
Sonae, SGPS, AS (4)						106.000
Sonaecom, SGPS, SA						208.000
Jean-François René Pontal						
Sonaecom, SGPS, SA						
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis						
Sonaecom, SGPS, SA						
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2004	9.363				
Alienação	11.05.2004			39.263	3,01	
Richard Henry O'Toole						
Sonaecom, SGPS, SA						3.000
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL						
João Pedro Mendonça da Silva						
Sonaecom, SGPS, SA						3.372
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2004	3.372				
Filipa de Sousa Taveira da Gama Santos Carvalho						
Sonaecom, SGPS, SA						440
Notas:						
	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 30.06.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						949.983.715
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonaecom, SGPS, SA	24.03.2004	1.000	3,08			1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						108.820.695
(3) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						4.105.273

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

	<u>Número de acções a 30.06.2004</u>
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	949.983.715
Pareuro, BV	20.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	108.820.695
SONAE, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	39.367.500
Sonae Investments, BV	40
Sonae Investments, BV	
Sonaecom, SGPS, SA	147.220.875

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº 9º, nº 1, alínea d) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2004:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, S.A.	39.367.500	17,40%
Sonae Investments, BV	147.220.875	65,07%
Belmiro Mendes de Azevedo	75.537	0,03%
Álvaro Carmona e Costa Portela	5.000	0,00%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	278.967	0,12%
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	59.800	0,03%
Total imputável	187.007.679	82,66%

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004, da SONAE COM, S.G.P.S., S.A e subsidiárias (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 1.154.448.405 Euros e capitais próprios, incluindo interesses minoritários, de 416.519.257 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.147.169 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada de fluxos de caixa e na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) emitidas pelo IASB e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo IASB e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 28 de Julho de 2004

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

Dispensa de Publicação de Contas Individuais

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º3 do art. 250.º do Código de Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade.